

ANO V

N.º 8

REVISTA

— DO —

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

— E —

HISTÓRIA MILITAR

— DO —

BRASIL

2.º SEMESTRE DE 1945

VOLUME VIII

RIO DE JANEIRO

BRASIL

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Relação do número das cadeiras do Instituto, seus
Patrônos e sócios que as ocupam:

P A T R Ô N O S	S Ó C I O S
1 — Visconde Taunay	— Cel. Humberto Castelo Branco, fundador.
2 — General Malan d'Angrogne	— Ten. Cel. Frederico Rondon, fundador.
3 — Barão do Rio Branco	— Gen. Paula Cidade, fundador.
4 — Cmt. Antônio Cláudio Soído	— Cel. A. Damasceno Vieira, efetivo.
5 — Almt. Antônio C. Gomes Pereira	— Almt. M. Nogueira da Gama, fundador.
6 — Gen. A. Dias de Oliveira	— Gen. J. Borges Fortes, fundador. Ten. Cel. Afonso de Carvalho, efetivo (*).
7 — Cmt. Júlio C. Ribeiro de Souza	— Brigadeiro Lisias A. Rodrigues, efetivo.
8 — Almt. Barão de Teffé	— Cmt. Frederico Villar, fundador.
9 — Cmt. Mariano de Azevedo	— Gen. M. Liberato Bitencourt, fundador.
10 — Cel. Sena Madurtira	— Cel. Alvaro de Alencastre, fundador. Vaga.
11 — Gen. Tibúrcio Ferreira de Souza	— Cel. Genserico de Vasconcelos, fundador. Gen. Onofre Gomes de Lima, efetivo (*).
12 — Pandiá Calógeras	— Ten. Cel. Aurélio Lyra Tavares, efetivo.
13 — Almt. Barão de Jaceguay	— Almt. Raul Tavares, fundador.
14 — Cel. Fausto de Souza	— Gen. E. F. de Souza Docca, fundador. Vaga
15 — Almt. Barão de Melgaço	— Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães, fundador.
16 — Gen. Carlos de Campos	— Cel. Altamirano Nunes Pereira, fundador.
17 — Visconde de Pôrto Seguro	— Major De Paranhos Antunes, efetivo.
18 — Ten. Cel. Diogo Arouche	— Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira, fundador.
19 — Gen. Dionisio Cerqueira	— Gen. E. Leitão de Carvalho, fundador.
20 — Gen. Eduardo José de Moraes	— Cel. José Faustino da Silva, fundador.
21 — Cel. E. C. Jourdan	— Gen. Valentim Benício da Silva, fundador.
22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha	— Gen. Lima Mindello, fundador.
23 — Mal. Thaumaturgo de Azevedo	— Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corrêa, fundador.

- | | |
|--|--|
| 24 — Marechal F. Chagas Santos | — Gen. Alípio de Primio, fundador.
Vaga. |
| 25 — Euclides da Cunha | — Cap. Humberto Peregrino, efetivo. |
| 26 — Marechal H. Beaurepaire Rohan | — Cel. F. Jaguaribe de Mattos, fundador. |
| 27 — Cel. Antônio F. Pereira do Lago | — Cap. M. Cavalcanti Proença, efetivo. |
| 28 — Almirante Saldanha da Gama | — Almt. Souza e Silva, fundador.
Vaga. |
| 29 — Gen. Jerônimo Francisco Coelho | — Gen. Moreira Guimarães, fundador.
Ten. Cel. Frederico Leopoldo da Silva, efetivo. |
| 30 — Gen. João Severiano da Fonseca | — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade, efetivo. |
| 31 — Gen. Bernardino Borman | — Gen. Tasso Fragoso, fundador.
Gen. Tristão Alencar Araripe, efetivo (*). |
| 32 — Almt. José Cândido Guillobel | — Cmt. Raja Gabaglia, fundador |
| 33 — Cmt. Vital de Oliveira | — Cmt. L. A. de Oliveira Belo, efetivo. |
| 34 — Mal. Soares Andréa | — Cel. Luiz Lobo, fundador.
Cel. Felício Lima, efetivo. |
| 35 — Gen. J. I. de Abreu e Lima | — Cmt. César Feliciano Xavier, fundador. |
| 36 — Gen. José J. Machado de Oliveira | — Cmt. Egon Prates, fundador. |
| 37 — Gen. Oliveira Barbosa | — Maj. Adailton Sampaio Pirassinunga, fundador. |
| 38 — Almt. Ignacio José da Fonseca | — Cmt. Dídio Iratim Afonso Costa, fundador. |
| 39 — Gen. Couto de Magalhães | — Cel. J. de Lima Figueiredo, fundador. |
| 40 — Major Santos Titara | — Cel. A. Pereira Ferraz, fundador. |
| 41 — Cel. João de Souza Mello Alvim | — Cel. Jonas de Moraes Corrêa Filho, fundador. |
| 42 — Cap. Alfredo P. Maciel da Silva | — Cel. Cordolino de Azevedo, fundador. |
| 43 — Cmt. Luiz Barroso Pereira | — Cmt. Lucas Alexander Boiteux, fundador. |
| 44 — Major João M. de Silva Coutinho | — Cel. J. Rego Monteiro, fundador.
Maj. Salm de Miranda, efetivo (*). |
| 45 — Major Francisco de P. Borges Fortes | — Gen. Francisco José Pinto, fundador.
Maj. Amir Borges Fortes, efetivo (*). |
| 46 — Cel. José S. da Costa Pereira | — Gen. Raul Bandeira de Mello, fundador.
Major Waldemiro Pimentel, efetivo. |
| 47 — Mal. R. J. da Cunha Mattos | — Major Severino Sombra, fundador. |
| 48 — Cel. Ricardo F. de Almeida Serra | — Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon, fundador. |
| 49 — Gen. Visc. de Maracajú | — Cel. Leopoldo Nery da Fonesca, fundador. |
| 50 — Almt. Barão de Iguatemy | — Almirante Henrique Boiteux, fundador.
Cmt. Anibal do Amaral Gama, efetivo (*). |

NOTA — Os sócios assinalados com um "asterístico" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.

**PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DO INSTITUTO
DESDE A SUA FUNDAÇÃO**

- 1.º Presidente : Almt. Raul Tavares
1.º Vice-Presidente: Gen. Francisco José Pinto
- 2.º Presidente : Gen. Estevão Leitão de Carvalho
2.º Vice-Presidente: Almt. Augusto Carlos Souza e Silva
- 3.º Presidente : Gen. Valentim Benício da Silva
3.º Vice-Presidente: Gen. Emílio Fernandes de Souza Docca
- 4.º Presidente : Gen. Emílio Fernandes de Souza Docca
4.º Vice-Presidente: Cmt. Frederico Villar

**DIRETORIA DO INSTITUTO
DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**

eleita em sessão de 22-VI-1945, para o biênio 1945-1947

CONSELHO DIRETOR

DIRETORIA:

Presidente — General Vaelntim Benício da Silva
Vice-Presidente — Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues
1.º Secretário — Coronel Felício Lima
2.º Secretário — Major Paranhos Antunes
1.º Tesoureiro — Cap. Umberto Peregrino
2.º Tesoureiro — Cap. M. Cavalcanti Proença
Bibliotecário — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia.

COMISSÕES

DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR

1 — Coronel Jaguaribe de Matos
2 — Coronel Lima Figueiredo
3 — Coronel Jonas Correia

DE HISTÓRIA MILITAR

1 — Cmt. Frederico Villar
2 — Comandante Dídio Costa
3 — Coronel D. Garrastazú Teixeira

DE HERÁLDICA E MEDALHÍSTICA

1 — Comandante Egon Prates
2 — Comandante Lucas Boiteux
3 — Comandante Pinto Guimarães

DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS

1 — Coronel H. Castello Branco
2 — Comandante Cesar Xavier
3 — Coronel Nery da Fonseca

FISCAL

- 1 — General Lima Mindello
- 2 — Almirante Nogueira da Gama
- 3 — Coronel Damasceno Vieira

DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Comandante Oliveira Bello
- 2 — Cel. Afonso de Carvalho
- 3 — Coronel Altamirano Nunes Pereira

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 — Tenente Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 2 — Major Waldemiro Pimentel
- 3 — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL**

* * *

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Major Adailton Sampaio Porassinunga
- 2 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 3 — Ten. Cel. Frederico Augusto Rondon
- 4 — Comandante Dídio Iratim Affonso Costa
- 5 — Comandante Egon Prates
- 6 — Comandante Frederico Villar
- 7 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 8 — Coronel Raphael Danton Garrastazú Teixeira
- 9 — Cel. Umberto de Alencar Castello Branco
- 10 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Corrêa
- 11 — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corrêa
- 12 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 13 — Coronel José Faustino da Silva Filho
- 14 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 15 — General João Fulgêncio de Lima Mindello
- 16 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 17 — Coronel José de Lima Figueiredo
- 18 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 19 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 20 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 21 — Tenente Coronel Antônio Leoncio Pereira Ferraz
- 22 — General Francisco de Paula Cidade
- 23 — Coronel Pedro Cordolino Pereira de Azevedo
- 24 — Comandante Antônio Buarque Pinto Guimarães
- 25 — Comandante Antônio Carlos Raja Gabaglia
- 26 — Almirante Raul Tavares
- 27 — Major Severino Sombra de Albuquerque.

NOMES DOS SÓCIOS EFETIVOS:

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Major Amir Borges Fortes
- 3 — Ten. Cel. Frederico Leopoldo da Silva

- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues
- 6 — General Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Major De Paranhos Antunes
- 9 — Cap. Manoel Cavalcanti Proença
- 10 — Major Waldemiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurélio Lyra Tavares
- 12 — Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello
- 13 — General Tristão de Alencar Araripe
- 14 — Tenente Coronel Afonso de Carvalho
- 15 — Cel. José Felício Monteiro Lima
- 16 — Major Salm de Miranda
- 17 — Cmt. Anibal do Amaral Gama

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:

- 1 — General Cândido Rondon
- 2 — General Valentim Benício da Silva

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS

- 1 — Embaixador J. C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 2 — Ministro Ataulpho de Paiva
- 3 — Dr. Gustavo Capanema
- 4 — Almirante Henrique Guilhem
- 5 — General Eurico Gaspar Dutra
- 6 — Dr. Salgado Filho
- 7 — General Meira Vasconcellos
- 8 — General Marcelino Ferreira da Silva
- 9 — General Pargas Rodrigues.

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES JÁ FALECIDOS:

- 1 — Almirante A. C. de Souza e Silva
- 2 — General Francisco José Pinto
- 3 — General Raul Bandeira de Mello
- 4 — Coronel J. Rego Monteiro
- 5 — General J. M. Borges Fortes
- 6 — General Moreira Guimarães
- 7 — Coronel Genserico de Vasconcellos
- 8 — Coronel Alvaro de Alencastre
- 9 — Coronel Luiz Lobo
- 10 — Almirante Henrique Boiteux
- 11 — General E. F. de Souza Docca
- 12 — General A. Virgilio de Primio

NOMES DE SÓCIO BENEMÉRITO E FUNDADOR JÁ
FALECIDO:

- 1 — General Augusto Tasso Fragoso

SUMÁRIO

	Pg.
✓ RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DURANTE O ANO DE 1945 — Major De Paranhos Antunes	17
✓ DISCURSO EM HOMENAGEM AO GEN. TASSO FRAGOSO — Gen. E. Leitão de Carvalho	21
✓ ESFORÇO BIOGRÁFICO SÔBRE O CEL. CARNEIRO DA CUNHA — Gen. Lima Mindello	31
✓ POLÍTICA VERSUS MARINHA — (REVOLUÇÕES QUE EU VI) — Cmte. Frederico Villar	41
✓ O VERDADEIRO LOCAL DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Cel. Leopoldo Nery da Fonseca	81

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL,
DURANTE O ANO DE 1945**

Exmo. Sr. Gen. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil:

Cumprindo as determinações do art. 8.º, parágrafo 4.º, do decreto-lei n.º 527, de 1.º de julho de 1938, venho apresentar a V. Excia. e aos nossos dignos consócios, um resumo das atividades dêste Instituto, durante o ano prestes a expirar.

RETROSPECTO HISTÓRICO

A 7 de novembro findo, completou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, nove anos de vida cultural, pois, nessa data, em 1936, era fundado por um grupo de historiadores militares, sendo instalado solenemente a 15 de novembro de 1936. Embora tenha tão poucos anos de existência, parece-nos, todavia, já muito distanciado de nós êsse ano de 1936. E' que, nesse interregno, grandes acontecimentos se processaram em todo o mundo; uma guerra infernal ameaçou a civilização em seus próprios fundamentos; novos inventos surgiram; e a história de muitos povos fechou seu ciclo, enquanto sua geografia política truncou-se, talvez, para sempre.

A nós mesmos, brasileiros, coube escrever algumas páginas dessa epopéia sangrenta, em pról do direito e da justiça, na defesa da civilização.

Não obstante a convulsão tremenda que destruiu nações, aniquilou povos fortes e modificou fronteiras e instituições, mercê de Deus, nossa pátria permaneceu a mesma, íntegra nas suas fronteiras, fiel às suas tradições, apenas com a galeria de seus heróis muito aumentada e enriquecida, pelo sacrifício da-

queles irmãos que tombaram gloriosamente, nas escarpas dos Apeninos.

Durante êsses 9 anos, graças ao zêlo e atividade dos Presidentes que esta Casa tem tido a ventura de possuir, Almirante RAUL TAVARES, Generais ESTEVAM LEITÃO DE CARVALHO e EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCA, Cmte. FREDERICO VILAR e General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA, muitos trabalhamos e muito realizamos.

A segunda guerra mundial, arrastando o Brasil à beligerância contra as potências do eixo, veio perturbar, contudo, a partir de 1942, o ritmo de nossos trabalhos. Mesmo assim, assoberbados com os múltiplos afazeres da mobilização, realizamos sessões públicas, homenageamos nossos pró-homens do pretérito, devassamos velhos arquivos e enriquecemos a bibliografia histórica nacional de novos subsídios.

Nas páginas dos sete números já publicados de nossa Revista, encontram-se trêchos da história militar do Brasil comentados; períodos obscuros aclarados; novos documentos postos em foco; vultos do passado lembrados com carinho; bem como estudos de geografia, geopolítica, oceanografia e outros, o que bem demonstra o entusiasmo com que os nossos confrades cultivam as letras históricas e âncilares.

Quantos, porém, de nossos companheiros dos primeiros anos da luta, tombaram em meio da jornada ainda tão pequena e já tão enlutada: GENSERICO DE VASCONCELOS, REGO MONTEIRO, BORGES FORTES, FRANCISCO JOSÉ PINTO, RAUL BANDEIRA DE MELO, SOUZA E SILVA, MOREIRA GUIMARÃES, a morte os levou de nosso convívio, até fins de 1944.

E neste sombrio ano de 1945, que está a findar e foi, particularmente, cruel para o Instituto, seis outros esplêndidos mestres, dedicados acadêmicos, levou-nos a parca impiedosa: LUIZ LOBO, ALVARO DE ALENCASTRO, SOUZA DOCA, HENRIQUE BOITEUX, ALÍPIO DI PRIMO e TASSO FRAGOSO, tal é o passivo, com que, franjados de crepe, vamos entrar em 1946.

SESSÕES REALIZADAS

Durante o corrente ano várias sessões, públicas e particulares, foram por nós realizadas.

O Instituto associou-se às homenagens prestadas à memória do Barão do Rio Branco, pela passagem do centenário de seu nascimento, a 20 de abril.

Em sessão solene, realizada no Clube Militar, proferiu o General F. PAULA CIDADE belíssima conferência, sob o título "A corrente histórica a que pertenceu Rio Branco", muito aplaudida e que teve a presença de altas autoridades do país e representantes de missões diplomáticas acreditadas junto ao nosso govêrno.

Convidado o Instituto ainda para indicar um orador, afim de tomar parte no ciclo de conferências do Itamaratí, em honra do grande chanceler brasileiro, foi designado o autor do presente relatório, que, perante numerosa e seleta assistência, no salão de conferências do Ministério das Relações Exteriores, desenvolveu o tema "Rio Branco, historiador militar".

Em sessão festiva, na Sala Varnhagen, do Instituto Histórico Brasileiro, gentilmente cedida, foi recebido pelo nosso companheiro Capitão SUDÁ DE ANDRADE, o novo consócio Cel. FELÍCIO LIMA, que, nessa oportunidade, fêz o elogio de seu patrono o Marechal de Campo SOARES DE ANDRÉA, Barão de Caçapava.

Em contraposição, tivemos de realizar duas sessões fúnebres, a primeira, em homenagem aos sócios falecidos, General SOUZA DOCA, Almirante HENRIQUE BOITEUX e Coronéis LUIZ LOBO e ALVARO ALENCASTRO, discursando o Coronel ALTAMIRANO NUNES PEREIRA, Comandante OLIVEIRA BELO e Coronéis FELÍCIO LIMA e AURÉLIO LIRA TAVARES, todos relembrando, com saudade e carinho, os nomes daqueles ilustres mortos; e a segunda, em honra do General AUGUSTO TASSO FRAGOSO, no trigésimo dia de seu passamento, fazendo o seu elogio o General ESTEVAM LEITÃO DE CARVALHO, que traçou, com maestria, a vida e a obra do grande general brasileiro.

Além de várias outras sessões ordinárias para tratar de assuntos da vida da entidade, tivemos uma sessão de assembléia geral para eleição de dois novos consócios, o Cap. de mar e guerra ANIBAL GAMA e o Major SALM DE MIRANDA, os quais oportunamente farão o elogio de seus patronos.

São dois novos confrades que vieram retomar os lugares de outros que se foram.

Nós também um dia iremos, um a um, fazer a última viagem. Outros virão, todavia. Outros continuarão a nossa obra.

E o nosso Instituto prosseguirá, cada vês mais forte e mais prestigiado, porque terá para alentá-lo e protegê-lo os manes daqueles que partiram, o exemplo que nos legaram e as obras imperecíveis que deixaram.

De Paranhos Antunes

2.º Secretário

* * *

Discurso pronunciado no Instituto de Geografia e História Militar, a 20 de Outubro de 1945, trigésimo dia do passamento do General Tasso Fragoso, na sessão solene em homenagem ao consócio desaparecido, pelo

General E. Leitão de Carvalho

Senhor Presidente.

Senhores consócios.

Minhas Senhoras, meus Senhores.

O culto à memória dos grandes homens foi, em tôdas as épocas, índice da civilização dos povos. Relembrando-lhes os atos, exaltando-lhes as atitudes, louvando-lhes as idéias, apreciando os nobres sentimentos que lhes guiaram os passos através da vida, não só lhes rendemos a homenagem devida ao mérito, fazendo-lhes justiça póstuma, aquela que nunca falta aos homens de bem, mas ainda, pelo seu exemplo, modelamos o coração e o espírito das novas gerações, sôbre cujos ombros irão pezar os destinos e o renome da pátria. E é assim que a história, como dizia Cícero, se torna o testemunho dos tempos, a luz da verdade, a escola da vida.

E aquele a quem, neste augusto recinto, presta o Instituto de Geografia e História Militar o seu preito de admiração e de saudade, era bem um varão ilustre de quem se honram a nação e o exército.

Um conjunto feliz de predicados, intelectuais e morais, ornava a personalidade superior de Augusto Tasso Fragoso, afirmada, desde a juventude, por traços de inconfundível relêvo.

Nascido em S. Luiz do Maranhão, a 28 de Agôsto de 1867, dêle se pode dizer que ilustrou, com seu renome, como Plutarco a Chelonéa, os fastos da cidade natal, bêrço de tantas figuras de destaque nas letras, nas ciências e no serviço das armas.

Outros disseram já da sua brilhante passagem pela Escola Militar, vencendo as dificuldades dos cursos com a segurança peculiar às inteligências de escól. Era então aquele centro de formação militar uma fonte de exaltação cívica de onde proma-

navam, guiadas por Benjamin Constant, as reivindicações republicanas que abraçaram o cenário político nos últimos dias do Império. O cadete Tasso Fragoso, discípulo predileto do mestre republicano, foi dos mais ardorosos batalhadores na propaganda. Quando, do terreno das idéias passaram, êstes, aos fatos, vêmo-lo ao lado de Benjamin, na manhã de 15 de Novembro, animado daquele sincero entusiasmo, do exemplar disprendimento e da bravura que lhe assinalariam a personalidade ao longo de tôda a vida.

Seus panegiristas, junto à louza do seu último descanso, louvaram-lhe já o espírito de renúncia, demonstrado nos primeiros dias da República, ao rejeitar cargos e posições, que outros, menos idealistas, disputariam sem vexame, mas que êle repelia, contentando-se com o desempenho consciencioso de suas funções militares. A determinação com que, no esplendor da mocidade, cercado da estima e consideração dos companheiros de jornada, possuidor de uma preparação cultural impressionante, recusava o mandato eleitoral de seus conterrâneos e os cargos públicos em que o quizeram investir, revelou cêdo os traços fortes do seu feitio moral, a que repugnava aceitar prêmios à colaboração dada ao movimento republicano.

Mas quando o regime correu perigo, no momento em que a reação anti-republicana, unida à explosão de acumulados ressentimentos contra os agentes do poder, tomou a forma de revolta armada, o jóven desprendido, que se esquivara à evidência das funções governamentais, busca célere os postos de combate, a defender, com seu sangue, as instituições que ajudara a fundar. Vêmo-lo depois, já coronel, repetir essa atitude, ao recusar, como chefe da Casa Militar do Presidente Wenceslau Braz, a promoção a general, sob o fundamento de que outros havia de maior merecimento, deixando, por fim, o honroso cargo para aguardar à frente de um regimento a sua vêz.

Essas qualidades e virtudes, patenteadas na mocidade — primeira floração de seu nobre espírito — fortaleceram-se com a experiência da vida, deram feitio definitivo à sua formação moral e nunca mais o abandonaram. Em todos os lances de sua modelar existência, sem ostentação nem irreverência a

outrem, mas com a firmeza ditada por um caráter réto, é o mesmo homem, despido de ambições materiais, de elevação moral nas suas atitudes.

Gravemente ferido no combate da Armação, a 9 de Fevereiro de 1894, dizem os que o acompanharam na refréga, julgava ter dado pouco à causa republicana a que se entregara, com ardor, desde a juventude.

Seu insaciável desejo de saber, levou-o a versar todos os ramos dos conhecimentos humanos. Cultor das ciências exatas, sobressaiu na matemática e na astronomia, deixando luminosos traços de sua passagem nas comissões em cujo desempenho aplicou essas ciências. Seus estudos meticolosos e os novos métodos que adotou para a determinação de coordenadas geográficas e o cálculo da hora, foram guias seguros às atividades de toda uma geração de oficiais técnicos. Em outros campos, como a escolha do armamento para o Exército, a elaboração de planos para a fortificação do litoral, os cálculos balísticos da artilharia, Tasso Fragoso poz sempre aquele escrupuloso cuidado, aquele rigôr e exatidão que tanto lhe recomendavam a honestidade profissional.

Desejoso de saber, versando vários idiomas, servido por ampla e clara inteligência, lançou-se às ciências sociais e à filosofia, aprimorando sua cultura na convivência dos grandes pensadores. Amante das belas letras, seu conhecimento da literatura dava-lhe ao espírito tonalidades suaves e harmoniosas. Sua conversação — e era um mestre nessa arte excelsa — encantava e prendia os interlocutores.

Seu espírito progressista não lhe permitia deixar-se ficar em atrazo ante a evolução das instituições militares. Quando se acentuou no Exército a corrente renovadora da preparação profissional, caracterizada pelo esforço para aumentar o poder combativo da tropa, Tasso Fragoso, então coronel, entrou no movimento com decidido entusiasmo. Vêmo-lo, assim, em 1913, entregue à elaboração de um novo regulamento para sua arma. Todos os pormenores lhe interessavam. Consultava os que julgava competentes, fôsem mesmo oficiais de modestas patentes. Exercitava-se no manêjo-darma afim de se certificar

de que os movimentos eram os mais racionais. Aplicava, nos exercícios práticos, os princípios táticos a que obedecia o emprego da cavalaria nos exércitos mais adiantados, aceitando-os ou repelindo-os, segundo lhe parecia convirem ou não ao nosso meio.

Onde, porém, a pujança dos seus recursos intelectuais e seu amor à profissão das armas se revelou em toda a plenitude, foi na fase de transformação por que passou o Exército sob a influência da Missão Francesa de Instrução de que foi o mais forte apoio. Seu espírito habituado ao rigor do raciocínio científico teve de amoldar-se aos métodos práticos seguidos na tática e na estratégia. Assíduo às lições dos mestres, infatigável estudioso das doutrinas professadas na Escola de Estado Maior, acompanhava de perto os exercícios nessa e na Escola de Aperfeiçoamento, procurando assimilar os novos conhecimentos, propagados pelo seletto grupo de oficiais franceses, afim de codificá-los em regulamentos e difundí-los em todo o Exército.

Os que tivemos a fortuna de possuí-lo por chefe no Estado Maior, naqueles anos operosos de 1922 a 1928, em que dirigiu a repartição cérebro de nossas forças de terra, recordamos o incedível interêsse que punha no exercício de suas funções, o espírito de cooperação com que promovia o trabalho de seus auxiliares. Na elaboração dos regulamentos, ou de instruções, estava sempre presente, discutindo com os oficiais francêses e brasileiros a matéria e mestudo, intervindo, pedindo esclarecimentos, modificando, corrigindo as prescrições e os têxtos, com aquela inteligência e franqueza que lhe eram próprias. Era um companheiro mais velho durante o trabalho, no qual todos se sentiam à vontade. Frequentemente ia de seção em seção, quase de mesa em mesa, a informar-se do trabalho em andamento, sentando-se prazerosamente com os oficiais, com os quais trocava idéias, a quem orientava nos estudos, associando-se, dessa maneira, intimamente, aos esforços de seus auxiliares. Tudo lia, tudo melhorava, com uma rapidez de apreensão e com senso de crítica que provocava admiração aos que lhe apresentavam os trabalhos.

Esmerado cultor do vernáculo, que não se contentava de manejar com elegância e perfeição, mas incitava os auxiliares a seguir-lhe o caminho, extremava-se na correção dos têxtos, algumas vêzes contrariando a indiferença dos que discursavam das boas formas da linguagem, para êles de somenos valia, esquecidos de que o respeito à sintaxe auxilia a inteligência do escrito e a elegância da frase torna a leitura amena e agradável.

Muitos dos que me ouvem e tiveram o privilégio de servir no Estado Maior, naqueles dias áureos, estarão recordando, por certo, uma expressão que lhe era familiar e bem lhe traduzia o amor à língua portuguesa: "a frase, costumava dizer, é uma obra de arte e, como tal é mistér ser burilada".

Todos lhe reconheciamos a superioridade intrínseca e a competência profissional, a que suas qualidades morais doiravam com um halo de simpatia humana, atraindo admiração e amizade.

Senhores: nesta sessão solene, em que rendemos um tributo de saudade ao consócio ilustre, que nesta casa ocupou a cadeira 31, sob o nome venerável de Bernardino Bormann; é ao historiador militar, operoso e justo, que devemos o culto de nossa admiração.

Como voltou, no último quartel da fecunda vida, o seu infatigável espírito para essa ordem de estudos, nios quais, como em tantos outros, haveria de legar-nos os frutos de sua esclarecida inteligência, diz-nos êle próprio na apresentação de *A Batalha do Passo do Rosário*, a mais antiga de suas grandes obras.

"Logo aos primeiros passos de minha vida como oficial do Exército, afirma alí, senti com mágoa a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci sem demora não só que me falecia em geral o conhecimento dos fastos da Pátria, mas sobretudo o de seus grandes eventos militares".

E quem, pergunto, das gerações que vão entrando hoje nas sombras da velhice, não sentiu a mesma deficiência ao deixar a saudosa Escola da Práia Vermelha?

Dá-nos Tasso Fragoso a explicação da antinomia, que o

sobresaltára na mocidade, entre o ambiente de trabalho e civismo da Escola, servida por mestres consumados, e o abandono em que ali ficára a História Militar do Brasil. Ela estaria em se haver arraigado no espírito de muitos, sobretudo republicanos, nos últimos anos anteriores ao advento da República, "a falsa idéia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos deviam assentar preliminarmente no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado, os quais, na verdade, só deveríamos julgar transportando-nos à época em que se realizaram, isto é, repondo-os no respectivo ambiente social".

Com o correr dos anos e o comércio dos livros, esclarece, "foi vendo, por si mesmo, a veracidade do velho conceito de que a História é mestra da vida, fonte perene de patriotismo e que, portanto, não deve ser desconhecida notadamente de militares". Convencido de que "o estudo dos episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão, é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas e, por vêzes, incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarreariam os maiores desastinos", embrenhou-se na meditação do passado, para refazer o fio dos acontecimentos e buscar-lhes a explicação natural, não para seu uso exclusivo, como singelamente declara, senão para poupar aos jovens militares o trabalho a que se entregava. Animava-o, assim, menos o desejo de glória que o propósito de ser útil.

Como Dominique Ricard, vi ana História o guia seguro que apressa no homem a marcha tarda da razão, evitando, com seus conselhos, os desvios das fraquezas e da inexperiência.

Pesquisador paciente, investigador concienzoso, não desprezando contribuição alguma que pudesse projetar luz sôbre as questões controvertidas, deu-nos, em **A Batalha do Passo do Rosário**, uma narrativa desapaixonada e veraz do lance guerreiro, suas origens e conseqüências, julgado com serenidade e elevação. Pensando, porém, no quanto seria útil "aos jovens

patrícios que ingressam ao exército ou que só há pouco alcançaram o posto de oficial”, conhecer os antecedentes históricos da luta, traça-lhes aquela síntese admirável, precisa e clara, verdadeira miniatura da vida colonial do continente, que forma a primeira parte do livro. O alto senso de justiça que presidiu à elaboração do trabalho, os sentimentos de estima aos povos vizinhos, com que no passado tivemos luta, que lhe inspiram os conceitos, e a forma pura e o estilo ameno em que está vasado, consagram-no obra clássica, merecedora de edição especial, para uso de toda a mocidade brasileira.

Aproveitando o tempo escasso que lhe deixavam os deveres profissionais, lançou-se em seguida à tarefa ingente de esclarecer definitivamente as causas e o desenvolvimento da nossa política no Prata, no meado do século passado, quando fomos novamente compelidos a empunhar as armas em defesa da soberania e honra da nação. E deu-nos a **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, êsse monumento de serena justiça aos nossos antepassados, devida reparação dos agravos sofridos pelos velhos guerreiros que se sacrificaram gloriosamente, nos banhados e estêros, em defesa da Pátria. E' que lhe feriram os sentimentos cívicos, na Escola Militar do seu tempo, o irreverente estado de alma da geração a que pertencia e o meio que a preparava. Ali havia, segundo afirma, “um como temor de falar em guerra, em presença de moços que não tinham para com os velhos guerreiros do Paraguai, que desfilavam diante deles, alquebrados pela velhice e com as fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que, sem dúvida, mereciam como dignos servidores da Pátria comum”. E, com o seu esforço nobilitante, promoveu-lhes, na madureza, a devida reparação, exumando dos arquivos a verdade histórica, a cuja luz se revestiram do fulgor da glória as ações que praticaram nos campos de batalha. A mocidade contemporânea, por sua mão benemérita, aprendeu assim a admirar a coorte valorosa que se bateu pelo Brasil.

A obra, apesar de vasta e proficiente, não o satisfez contudo. Abriu, por isso, o caminho aos seus continuadores, as-

senalando com marcos inconfundíveis o que restava a percorrer. Tarefa patriótica digna da atenção dos sócios desta casa.

Mas, nem a velhice lhe arrefeceu o entusiasmo pelos estudos históricos, nem a sua fecunda operosidade cedeu, sinão a custo, às contingências fisiológicas. Deu-nos ainda *A Paz com o Paraguai*, em que explica a forma por que se restabeleceram as relações normais entre os beligerantes, depois de finda a contenda. Em suas páginas trata, com a serenidade e elevação de sempre, as graves questões suscitadas durante as negociações, que nos ameaçaram de uma nova guerra, dessa vez com a República Argentina, nossa aliada de cinco anos.

Definindo a atitude do governo brasileiro nessa emergência, assim se expressa o General Tasso Fragoso: "Apraz a um brasileiro ler a documentação referente a êste episódio, conhecer de perto a segurança e nobreza das notas que expedimos e a firmeza, a calma patriótica e o saber com que estadistas brasileiros, como Paranhos, Cotegipe e Correia, se houveram nas discussões travadas na Côrte, em Buenos Aires e em Assunção. E' meditação que reconforta a alma, pois demonstra a segurança e oportunidade das decisões que se escudam em motivos elevados".

O seu desejo de proporcionar aos jôveis brasileiros, que abraçaram a carreira das armas, o conhecimento dos fatos militares da nação, acompanha-o, sem desfalecimento, através de tôda a vida. Vai, assim, recolhendo e transmitindo às novas gerações todos os testemunhos que reúne, coordenados de forma que gerem a convicção, por essa forma aplainando, pela experiência histórica, o caminho dos que terão um dia de solucionar os graves problemas relacionados com a vida política do país. Seguindo essa orientação é que nos brinda com a *Revolução Farroupilha*, exposição concatenada das operações militares realizadas durante os dez anos da sublevação riograndense, que ameaçou a integridade do Império e obrigou a mover para o sul grande parte do exército e da marinha nacionais. Filia, nesse estudo, o movimento de 1835, à reação do espírito liberal que animava a nacionalidade nascente, contra o absolutismo de Pedro I, cuja sobrevivência mantivera o período da Regên-

cia em constante agitação. Demos, porém, a palavra ao mestre neste ponto fundamental para a interpretação dos desígnios que animaram os chefes revolucionários riograndenses.

“A meditação serena dos fatos da revolução farroupilha, diz êle, leva ao espírito desapaixionado a convicção de que ella é um simples elo da cadeia dos movimentos de rebeldia com que o Brasil aspirou a libertar-se do domínio de Portugal e do regime monárquico. Não há nela sintoma de anti-brasileirismo que a deslustre, como não o houve, por exemplo, na Confederação do Equador em 1824. O rompimento com o Império obrigava à independência, mas nem os farroupilhas, nem os pernambucanos queriam marchar sòzinhos para o seu novo destino, senão que convidavam as demais províncias a acompanhá-los. Que a evolução brasileira tinha de operar-se na direção da democracia, provam-no os acontecimentos subseqüentes, prova-o sobretudo o 15 de Novembro de 1889, em que o Brasil instituiu o regimen republicano, promulgando depois notável Constituição, garantidora da liberdade espiritual, da ordem e do progresso”.

Por essa forma, respeitando a verdade histórica, procurava apagar os vestígios das dissensões internas, que durante tantos anos separaram os brasileiros.

Muitas outras contribuições valiosas à instrução dos jòvens officiais — que não cessou de apontar como o escôpo de sua fecunda obra de historiador militar — legou-nos a intelligência pujante do consócio illustre, cujo desaparecimento todos pranteamos. Acompanhar-lhe, porém, de perto a fecunda produção, mesmo a enumerando apenas, levar-nos-ia longe, e nem o momento é adequado, nem sobriariam recursos ao vosso intérprete para tarefa de tão largo alento. Será a grata incumbência de seus biógrafos, que bem poderão sair desta casa, onde se cultiva a História com o fervor que animava o espirito do preclaro mestre e onde se admiram os talentos e virtudes que lhe exornavam a personalidade superior.

A vida exemplar do General Tasso Fragoso não é menos instrutiva do que suas obras, pois sua conduta, em tôdas as emergências, pautou-se sempre, como a de Plutarco, por ele-

vados princípios. Amigo leal e devotado, sua sensibilidade moral não lhe permitia confessar aos amigos o que por êles fazia, o que só o tempo ou os acontecimentos chegariam a revelar. Chefe de família extremoso e austero, não conheceu jamais atrativos maiores que os de seu próprio lar. O gosto fino e delicado, a paixão do nobre e do justo, a força de seu espírito que o erguia até os mais elevados píncaros a que se alçou a inteligência humana, a vibração cívica de sua alma e a renúncia aos bens materiais dão-lhe-á personalidade perfil destinado ao buril do estatuário.

E' à memória dêsse grande homem que o Instituto de Geografia e História Militar rende neste momento o preito de sua saudade e admiração, e a que uma fiel amizade oferece o seu modesto tributo.



Cel. Dr. Francisco Antônio Carneiro da Cunha

ESBÔÇO BIOGRAFICO DO CAPITÃO REFORMADO E CORONEL HONORARIO DO EXÉRCITO, DR. FRANCISCO ANTONIO CARNEIRO DA CUNHA, PATRONO DA CADEIRA N.º 22 DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

General Lima Mindello

Da geração de paraibanos do meado do último século até poucos anos após à instituição do regime republicano, destaca-se como figura proeminente, o ilustre patrono da minha cadeira neste Instituto, o Capitão reformado e Coronel honorário do Exército Dr. Francisco Antônio Carneiro da Cunha, nascido em 1846, na capital da então, província da Paraíba do Norte.

Seu pai, o abalizado farmacêutico Antônio Thomaz Carneiro da Cunha Senior, era inteligente, ativo, apaixonado pela profissão, donde a autoria de variados medicamentos. Por ocasião da visita do Imperador às províncias do norte do País, foi-lhe conferido, por serviços prestados à pequena indústria, o direito de usar em seu estabelecimento, na antiga rua das Convertidas (hoje Maciel Pinheiro), o título de — Farmácia Imperial. — Consorciou-se três vezes e cerca de quatorze foram seus descendentes, muitos do meu conhecimento. Do primeiro matrimônio, além do nosso biografado, houve os farmacêuticos Manuel Martins Carneiro da Cunha e Antônio Thomaz Carneiro da Cunha Júnior, êste também bacharel em Direito, professor e diretor do Liceu Paraibano; José Thomaz C. da Cunha, falecido no posto de Capitão de Engenheiros, tendo feito tôda a Campanha do Paraguai, e considerado, pelos seus feitos militares, um dos heróis paraibanos; Francisco Pedro Carneiro da Cunha, funcionário público, escritor e poeta, Senhor do Engenho Una; e D. Adelaide C. da Cunha. Do segundo teve duas filhas, Maria Eugênia e Rosalina C. da

Cunha; a primeira foi casada em primeiras núpcias com o falecido Gal. Dr. Antônio Geraldo de Souza Aguiar e do terceiro, João Batista, Antônio, Ana, duas outras que não foram do meu conhecimento e João Evangelista C. da Cunha, engenheiro pela Escola Politécnica, que exercéu várias comissões inerentes à profissão: Chefe da Seção do prolongamento da E.F.C. de Pernambuco; engenheiro residente da E.F.C. do Brasil, encarregado dos estudos da via férrea de Timbó a Propriá; engenheiro residente da E.F. Baturité; e finalmente, engenheiro da Inspetoria de Obras contra as sêcas, cargo em que se aposentou, distinguindo-se em todos pela sua competência e operosidade.

Voltemos ao nosso biografado: — Desde muito jôvem o Dr. Francisco Antônio Carneiro da Cunha, mostrava-se propenso à carreira das armas e a estudos de engenharia.

Atendido, em suas aspirações, verificou praça, em Janeiro de 1860, e, em Abril, era reconhecido cadete.

Obteve licença de matrícula à Escola Central, onde fêz o curso de Engenharia Militar.

Em Dezembro de 1861, por seu brilhante aproveitamento foi promovido ao pôsto de Alfêres e classificado em Minas Gerais, continuando, porém, os seus estudos.

Em Junho de 1865, já diplomado, foi mandado servir no Batalhão de Engenheiros, que tinha de ser incorporado ao Exército em operações no Rio Grande do Sul, embarcando no vapor São Romão, a 4 do mesmo mês.

Por decreto de 22 de Janeiro de 1866, foi promovido a tenente, por estudos, e classificado no 7.º Batalhão de Infantaria, como ajudante.

Da ordem do dia 22 de Abril do Comando em chefe, consta ter entrado em combate a 10 na Ilha da Redenção (Ilha Cabrita) e elogiado por atos de bravura.

Tendo ido do Continente a serviço do seu cargo, ao regressar em companhia do Tenente Coronel Vilagram Cabrita e seus oficiais do Estado Maior, deibaixo de forte e intenso bombardeio da artilharia paraguaia, foi mortalmente ferido.

Este episódio em que gloriosamente perderam a vida o Tte.



Cel. Dr. Francisco Antonio Carneiro da Cunha

Coronel Cabrita e o Capitão Sampaio e cujos detalhes não são discriminados nos documentos oficiais, foi-me relatado pelo Coronel Carneiro da Cunha, assim: — “O tenente coronel Cabrita, seu ajudante de ordens o alférez Woolf e o Capitão Sampaio que tinha ido à ilha cumprimentar o valoroso chefe e amigo, regressavam ao continente em um canoão; aproveitei a ocasião para também regressar em serviço de meu cargo de ajudante. A travessia do canal foi feita sob vivo fogo de uma das baterias paraguais. Na embarcação, Cabrita, Sampaio e Woolf iam sentados à pôpa; e eu, à meia nau, tomava notas que eram ditadas pelo chefe e destinadas à futura parte de combate.

A meio caminho, já próximo à terra, o que permitia ao varejador de prôa aumentar a velocidade, uma granada paraguia explode entre mim e o citado grupo; Cabrita e Sampaio morreram; Woolf achava-se levemente atingido; e eu mortalmente ferido na face, esvaia-me em sangue”.

Vejamos agora a narrativa do mesmo episódio feita pelo Gal. Pinheiro Guimarães, transcrita na obra de Schneider pelo grande Rio Branco, anotada: — “Terminado o combate, Cabrita recolheu-se a uma chata que estava à sombra da ilha e que servia de depósito; ia tomar uma refeição e escrever a sua parte. Estavam com êle o alférez Woolf, o Tenente Carneiro da Cunha e o Capitão Sampaio, seu amigo, que de terra o fôra felicitar. Os paraguaios enfurecidos pela derrota, bombardeavam a ilha com fúria desusada. O rio tinha enchido, a chata se elevava com as águas e mais exposta ficava. Uma bomba lançada de Itapirú, dirigida pela mão certa da fatalidade, arrebatava entre Carneiro da Cunha, Sampaio, Woolf e Cabrita que, como Nelson, sucumbe gloriôsa, findo o combate na hora do triunfo, batizando com o seu sangue.....

Carneiro da Cunha e Woolf, são gravemente feridos; Sampaio cái redondamente morto...”

Durante cêrca de quatro meses no hospital de sangue, en-

NOTA: — Apesar de, na exposição acima, Sampaio ter sido apenas mencionado por êste nome e como capitão, Schneider, na narrativa que dá como sua, no corpo da obra, chama-lhe Major Luiz Sampaio.

tre a vida e a morte, conseguiu o Dr. Carneiro da Cunha restabelecer-se graças ao seu vigor físico. O ferimento do meu valoroso patrono interessou a face externa esquerda e bordos do osso malar e osso próprio do nariz, o inguis ou lacrimal, os cornetos inferiores e a parte posterior do palatino. Foram também prejudicados, alguns músculos cuticulares, principalmente o orbicular da pálpebra esquerda e dentes do maxilar superior.

Das lâminas cartilaginosas que dão forma no nariz, restaram tão somente as da parte inferior; daí as deformações que nitidamente se observam na fotografia junta, bem acentuadas na região do olho esquerdo.

Como conseqüência de tão grave ferimento, era por demais deficiente a sua acuidade olfativa, compensada, como sói acontecer, pela auditiva, consideravelmente aumentada.

Uma vez restabelecido (1866), apresentou-se pronto para o serviço e regressou à Côrte, sendo nomeado Comandante da Companhia de Operários do Laboratório do Campinho (1867).

Em 1868 foi promovido por merecimento ao posto de Capitão para a 3.^a Companhia do 3.^o Batalhão de Infantaria e nomeado ajudante do dito laboratório, pela sua reconhecida competência nas operações de fabricação.

Era condecorado nas Ordens da Rosa e de Cristo e recebeu as medalhas comemorativas da tomada de Urugaiana, a que assistiu, e da Campanha do Paraguai.

Depois de prolongada licença para tratamento de saúde, abalada pelos serviços de guerra, foi em 1871 reformado por incapacidade física, sendo-lhe concedidas as honras de major pelos relevantes serviços prestados em Campanha.

Uma vez reformado, ingressou no Magistério Militar em 1874, e no civil (Escola Politécnica) em 1875. Naquele foi coadjuvante de ensino do curso Superior e repetidor interino da 2.^a Cadeira do 1.^o Ano (Física e Química), exercendo, por mais de uma vez, o cargo de Catedrático.

Em 1876 obteve licença para tomar assento como deputado, na Assembléia Legislativa da sua província natal.

Pôsto em concurso o lugar vago de repetidor (1887) da

2.^a Seção (Ciências Físicas e Naturais), inscreveu-se sem concorrentes. Pelo regulamento de então, os candidatos não tinham direito de escolha sôbre o assunto da tése; êste era sorteado dentre os pontos organizados por Comissão *ad hoc* e aprovados pela Congregação, concedendo-se prazo aos candidatos para a apresentação dos trabalhos.

A tése do mèu ilustre patrono versou sôbre Eletricidade Estática, Eletricidade Atmosférica e Estudo Comparado das Máquinas Elétro-Estáticas e Proposições sôbre as outras ciências da seção.

Na acirrada contenda da argüição não levaram vantagem os competentes professores da Comissão argüidora; o candidato ardoroso em rebater as objeções apresentadas sôbre os pontos controversos, mostrou conhecimentos invulgares, que causaram admiração e as mais elogiosas referências de catedráticos, de outras Escolas, especialistas, que acorreram a assistir ao ato.

A prelação oral foi mais uma ocasião para o Dr. Carneiro da Cunha revelar os seus aprofundados conhecimentos dessas ciências, em que era mestre acatado, e o seu impecável método de exposição.

Unânimemente habilitado, entrou na posse efetiva do cargo e, por jubilação do catedrático (1889) substituiu-o, sendo-lhe colado o grão de Doutor em Matemática, Ciências Físicas e Naturais.

Em 1890 foi confirmada a sua nomeação de catedrático pelo Governo Provisório, em vista a nova organização do ensino, e exerceu duas importantes comissões — a de examinador em disputado concurso no Observatório Astronômico e a de estudo do pano a ser empregado no fardamento da tropa do exército.

Nesta época, era eu professor catedrático e por ter sido, no ano anterior preparador da cadeira de Física e Química, então desdobrada, fui convidado para auxiliá-lo nas operações de exame dos panos.

Foi um trabalho metuculoso e exaustivo, onde a competên-

cia do analista se manifestava nos menores e mais diversificados detalhes das operações.

O Dr. Carneiro da Cunha não se limitou ao estudo dos panos da fábrica Rink; submeteu a rigorosa análise outros de procedência nacional e estrangeira para um judicioso estudo comparativo, afim de que o Govêrno tivesse uma base segura para a adoção do tipo mais adequado às necessidades do exêrcito.

As análises foram as mais completas, especialmente as de resistência mecânica e aos fatores metazomáticos — ar, calor, água e luz.

A sua meticulosidade ia ao extremo de colher, nas fábricas, amostras de anilinas (bem a contra-gôsto dos gerentes), que eram submetidas a análises.

O seu longo e minucioso relatório, que serviu de paradigma a estudos posteriores, foi devidamente apreciado pelos competentes militares e civis e mandado imprimir pelo Ministério da Guerra.

Por tal foi elogiado pela inteligência, ilustração e competência técnica.

Além destas exerceu outras comissões científicas e técnicas que seria longo enumerar.

Quando a Companhia Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, uma vêz assinado o contrato, iniciou os trabalhos, surgiu interessante questão entre a repartição fiscalizadora e a Companhia, sôbre o transporte da energia elétrica. Houve recurso para o poder judiciário. Como peritos figuraram os Drs. Carneiro da Cunha e Martins Teixeira, lente da Faculdade de Medicina.

Do parecer, laudo, trabalho exclusivo do abalizado mestre, onde o assunto em fôco foi científica e tènicamente tratado, as conclusões foram tais, que mereceram absoluta aprovação de seus pares e induziram a poderosa emprêsa a um justo acôrdo e portanto ao reconhecimento das razões, que militavam em favor do Govêrno.

Já em 1888 e subseqüentes, indicado pela Congregação da tradicional escola da Práia Vermelha, regeu cumulativamente a primeira cadeira do 1.º Ano (Arte Militar) e no 2.º Ano da

regência, publicava valioso trabalho sobre "Instituições Militares da Bulgária", já então independente.

As suas lições, com orientação bem diferente das do seu antecessor, mais modernizadas, sabedor que era da evolução, que então experimentavam a tática ou arte de vencer a batalha e a Estratégia ou arte de vencer a guerra, revelava-se o mesmo apaixonado pela profissão, que em moço tanto o atraiu e da qual jamais se desinteressou.

A valiosa obra, posteriormente desenvolvida sob o título de "Memórias sobre as Instituições e Organizações Militares", mereceu aprovação unânime da Congregação e, por disposição regulamentar, foi-lhe conferido um prêmio pecuniário e concedida a impressão gratuita.

O prêmio em espécie foi recebido, porém a impressão não foi efetivada, porque, os originais desapareceram da Secretaria da Guerra, onde eram guardados.

A inveja é inexorável! Vai até o latrocínio e, não raro, põe em ação a sua filha dileta — a calúnia. — O grande Cícero dizia "Nada é tão rápido em seus progressos, nada nos escapa mais facilmente, nada é mais prontamente recebido e não pode ser mais largamente derramado". Não encontrou porém meio propício!

Por decreto do Marechal de Ferro (1892) foi elevado ao posto de Coronel pelos relevantes serviços prestados na paz e na guerra. Em 1894, apresentou a Academia Francesa, interessante memória — Doutrinas Químicas, registrada nos Anais.

Sempre interessado pelo progresso do rincão nativo, auscultando-lhe as necessidades, para um mais rápido desenvolvimento das suas forças vivas, especialmente a agricultura, em estado de grande atrazo, em vista os processos rotineiros, cultural, e de beneficiamento dos produtos, não sem grandes dificuldades, vencendo todos os óbices que se antepunham à sua ação bemfazeja, conseguiu a concessão da montagem da primeira usina de cana de açúcar na várzea do Paraíba do Norte (Usina São João) no município de Santa Rita, limítrofe com o da Capital.

Lutando com as maiores dificuldades para obtenção de recursos financeiros, foi levado, para a realização de seu alevantado intuito, a transferir a concessão a uma comandita, que a explorou durante algum tempo.

Sem comentário; o Dr. Carneiro da Cunha nem o sêlo da concessão conseguiu receber e depois da sua morte, à sua viúva foram dadas, como fixa de consolação, algumas dezenas de ações depreciadas.

Desfeita a comandita por motivos que não vem ao caso citar, foi por fim a usina São João adquirida por um dos membros da família Ribeiro, hoje senhora de tôda várzea do baixo curso do Paraíba do Norte, um dos maiores latifúndios do Estado, onde outras usinas surgiram, e que vêm prestando bons serviços à indústria canavieira da região.

No Magistério Civil ingressou, em 1875, como repetidor da terceira cadeira do curso geral (Química Mineral) e posteriormente da de Mineralogia, Geologia e Paleontologia.

Nesta época, em vista a reforma Visconde do Rio Branco (1874) eram vagos os lugares de lente catedrático de Química Mineral já então exercido interinamente pelo Dr. Álvaro J. de Oliveira, e o de substituto da seção de Ciências Físicas e Naturais (2.^a do Curso Geral).

Realizado o concurso, cujas teses versaram sobre a história da descoberta dos metais, foram os candidatos unânimeamente habilitados e classificados: Dr. Carneiro da Cunha em primeiro lugar e o Dr. Álvaro de Oliveira em segundo.

Provavelmente em virtude dos exercícios interinos dos cargos, apesar da classificação, o Dr. Álvaro de Oliveira foi nomeado catedrático e o Dr. Carneiro da Cunha substituto, ambos por Decreto de 6 de Março de 1880.

No seu novo cargo, funcionou como Catedrático interino da Cadeira de Química Analítica e, posteriormente da de Física Industrial.

Com a criação pelo dito regulamento, do Curso Industrial, cujas cadeiras não faziam parte da seção em que o Dr. Carneiro da Cunha era lente substituto, resolveu o govêrno contratar professores estrangeiros para as de Química e Física

Industrial. — Foram aceitos o eminente e sábio professor Michler para a de Química e o Engenheiro Eugênio Tisserandot, antigo aluno da Politécnica de Paris, para a de Física.

Decorreu algum tempo da chegada ao Rio do Professor Tisserandot que, antes de assumir a regência, teve ocasião de assistir algumas aulas do Dr. Carneiro da Cunha, então exercendo interinamente a cadeira, e declarou admirar-se de que o Governo do Brasil contratasse professor estrangeiro para regê-la, uma vêz que dispunha de mestre de incontestável competência no assunto da difícil disciplina.

Por falecimento do Catedrático de Física Experimental foi nomeado para substituí-lo por decreto, a 12 e empossado a 17 de Agosto de 1893. E assim, no último quartel de sua existência, foi o meu emérito patrono catedrático de Física das Escolas Militar e Politécnica, institutos superiores em que se desdobrara a antiga Escola Central, onde fizera o seu curso.

Dentre os Estados do Nordeste, a Paraíba e o Rio Grande do Norte são os que mais se assemelham sob todos os pontos de vista — fisiografia, constituição geológica, riquezas naturais. — Um é o prolongamento do outro; a linde, pode-se dizer, é virtual. Assim sendo, Dr. Carneiro da Cunha, após a proclamação da República, surgida a idéia de uma nova divisão político-administrativa, propôs ao governo a união dos dois Estados em uma só unidade federativa — o Estado do Equador — tendo como Capital nova cidade a ser fundada na histórica Bahia da Traição. Aêste projeto acompanhava uma carta do futuro Estado, onde figurava uma nova via férrea de penetração marginando os antigos limites, ramais, rodovias e outros detalhes. O espírito de bairrismo, as conveniências da política local e outras causas, relegaram ao pó dos arquivos o interessante projeto.

Dr. Carneiro da Cunha, o maior cientista paraibano da nossa geração, foi chefe de família exemplaríssimo e cidadão de altas virtudes: simples, bom e generoso. Herói paraibano na campanha do Paraguai, reformado por incapacidade física pelo ferimento recebido em defesa da pátria, dedicou-se a guiar a mocidade militar e civil no caminho da ciência.

Participavam, também, nas suas cogitações as artes: a Música e a Poesia. Eram admiráveis as suas lições sobre a teoria física da música! Exímio na clarineta, após o ferimento dedicava ao piano as suas horas de lazer. Tive ocasião de deliciar-me com a leitura de algumas poesias — sonetos e quadras, — umas de motivos religiosos, outras dedicadas à sua carinhosa espôsa D. Ambrosina de Magalhães.

Delas não ficaram cópias, e os originais, a pedido de D. Ambrosina, acompanharam-na no seu esquiife.

Depois de longa e pertinaz enfermidade, veio o Dr. Carneiro da Cunha, a falecer em 20 de Novembro de 1897, na modesta casa, n.º 47, da Rua Guanabara, onde sempre residira quase desde o seu felicíssimo consórcio.

OBRAS DO CORONEL DR. CARNEIRO DA CUNHA:

- I — Os heróis paraibanos na Guerra do Paraguai.
- II — Notas sobre Termo-Química.
- III — História da descoberta dos Metais (Tese de concurso).
- IV — Eletricidade estática, eletricidade atmosférica, estudo comparado das máquinas elétricas, etc. (tese de concurso).
- V — Memórias sobre instituições e organizações militares.
- VI — Pano militar.
- VII — Doutrinas químicas (em francês) para a Academia de Ciências de França.
- VIII — Memórias sobre a ligação de Pernambuco, a capital de Alagoas.

INÉDITAS:

- a) Unidades físicas (eletro e electro-magnéticas);
- b) Episódios da Campanha do Paraguai;
- c) Projéto de criação do Estado do Equador;
- d) Poesias.

* *

As Revoluções que eu vi

(Conclusão)

POLÍTICA VERSUS MARINHA

Comt. Frederico Villar

O Almirante Custódio José de Mello — Chefe das “Revoluções que eu vi” em 1891 e 1893 — era uma das figuras mais interessantes e representativas de nossa Marinha. O preparo profissional, a dignidade, a cultura e a distinção, tornavam inconfundível sua personalidade.

Muito moço ainda, partira para a guerra com que Solano Lopes nos surpreendera em 1864.

Imediato do couraçado Rio-de-Janeiro, deu provas de grande valor. Foi um poucos que se salvaram quando o navio foi afundado por torpedos nas águas do rio Paraguai. Distinguu-se, depois, no comando do couraçado Barroso e do monitor Pará, especialmente nas passagens de Curupaití e Humaitá. Nesta última, foi êle o artilheiro que afundou os pontões que sustinham as amarras que barrando o rio em frente àquela poderosa fortaleza, abrindo assim caminho à nossa Esquadra naquele feito glorioso.

Em tôda aquela longa e sangrenta campanha, Custódio de Mello foi sempre um exemplo de bravura, de entusiasmo e de espírito de sacrifício em defesa do Brasil.

“Atraiu, para sua luminosa fé de ofício, todos os louvores que a admiração pode achar nos recursos da linguagem”.

O Parlamento Imperial o recomendou à gratidão da Pátria e ao juízo da Posteridade.

* * *

Passada a guerra, desempenhou de modo notável as mais importantes comissões na Marinha e, por seu merecimento, ascendeu, rapidamente, aos mais altos postos. Destacou-se pelos estudos especializados em artilharia e pela parte que tomou nas prolongadas e penosas campanhas hidrográficas, ao lado de Mouchez, na costa do Brasil.

“É muito difícil, disse Anibal Gama, em sua formosa conferência de 15 de Março último, no Clube Naval, “é muito difícil na profissão do mar conquistar uma reputação de superioridade, um atestado de alto valor, que seja proclamado em toda parte em uma festejada notoriedade.”

“A nossa vida de marinheiros — conclui o nosso brilhante colega — costuma ter esplendores trágicos e mudos.”

“Os golpes de arrôjo e de audácia e os perigos que atravessamos, não têm reflexos: apagam-se na penúmbra do desconhecido e não transpõem a amurada silenciosa dos navios”...

* * *

Mello gozava de um alto conceito na Armada. Dão-lhe, por isso o comando do cruzador *Almirante-Barroso* para fazer uma viagem de circunavegação, levando a bordo a turma de Guardas-Marinha que acabava de ser promovida e, como oficial, o 1.º Tenente D. Augusto Leopoldo de Saxe Coburgo e Gotha, neto querido do Imperador.

O *Barroso* era um belo barco, no qual a construção, o casco e às máquinas eram, da quilha ao tope dos mastros, genuinamente, brasileiros. Não lhe faltavam solidez, elegância e qualidades marinheiras para, bem dirigido, afrontar longas e perigosas travessias. Comandá-lo, era comissão que o Governo Imperial reservava aos seus mais distintos Oficiais superiores.

Foi nesse belo navio de “precisas qualidades náuticas”, dizia Saldanha, que o ardoroso Comandante, pondo em evidência a sua capacidade náutica, enfrentou, brilhantemente, a navegação pelo extremo Sul da América, pelo Pacífico, pelo Mar

da China, pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico Norte, — mares célebres pelas borrascas que os açoitam em tôdas as estações do ano. Nele demandou os canais que ligam o Atlântico ao Pacífico, — região inhóspita, devastada pelos vendavais, — “na qual a ilha da Desolação indica, com seu tétrico nome, a tragédia perpétua da sua vida atormentada”. Ao alcançá-los, fundeu em Punta-Arenas e investiu por alí para Oeste, sem prático, servindo-se, apenas, dos roteiros, e lutando, durante treze dias consecutivos, contra furiosas tormentas.

Parou em Pôrto-Galante, onde perdeu a primeira âncora, com 120 braças de amarra. Prosseguindo, foi fundear no enganoso abrigo — um profundo fjord — de Tuesday Bay.

Era constantemente forçado a procurar refúgio em portos perigosos, que hábilmente atingia são e salvo, guiado apenas pelas cartas locais e pela sua perícia profissional.

No Cabo-Pilar, já quase a ganhar o Pacífico, foi acochado por violentíssimo furacão. Capeou e foi depois obrigado a correr com o tempo, desfazendo a capa, manobra perigosa, que requer excepcionais habilidades marinheiras e por êle admiravelmente executada. Qualquer inadvertência poderia causar irremediável acidente e destruir o seu navio, sacrificando com êle todo o honroso passado do seu Comandante e as vidas preciosas dos seus tripulantes.

... Só quem já passou por êsse infernal caminho, — diz Aníbal Gama, — compreende a magnitude da luta indescritível travada com as tempestades que alí incessantemente se desencadeiam.

Nessa luta, o Barroso perdera quase tôdas as âncoras que levava. Restou-lhe, apenas, uma para sua segurança; outras três, e muitas braças de amarra, lá ficaram. Bom veleiro, em bolina cochada debaixo de brisa fresca, o valente navio montou afinal aquele Cabo, seguindo rumo a Valparaíso, onde o hospitaleiro povo daquele país amigo o recebeu com grandes e efusivas festas. A Marinha Chilena ofereceu-lhe alí as âncoras e amarras de que o nosso navio carecia, para substituir as que perdera nos tormentosos mares do Sul.

Em seu “diário” escreveu Custódio de Mello, referindo-se

à travessia do Barroso pelo Estreito-de-Magalhães: “não me foram os sofrimentos físicos menos acerbos que os morais; dias e noites passei sôbre o passadiço, sem arredar pé, exposto a um frio intenso, acompanhado de umidade excessiva e penetrante e de chuva, que não deixou de cair até que deixamos o Estreito. Ao menor descuido, teria sido o fim do Almirante-Barroso. Alí, alvejou-se-me a cabeça e deixei ficar boa parte da minha existência”...

* * *

Mello era um homem de nobre caráter. Nada o faria tergiversar com o que êle dignamente considerava o seu dever.

De chegada ao Chile, apresentou-se a bordo o General Valdevieso que, a mando do Presidente daquela nobre República, ia pôr-se à disposição do Príncipe D. Augusto, oficial daquele cruzador.

Custódio de Mello, polidamente, fêz-lhe sentir que agradecia profundamente a gentil intenção do Presidente Balmaceda, e que o Príncipe era apenas o “Tenente D. Augusto de Saxe”, e nessa exclusiva qualidade viajava no navio sob seu comando, não podendo, portanto, ter um General como oficial às ordens. Valdevieso, então, muito cortêzmente, declarou ao Comandante Mello que nada poderia obstar que êle se puzesse, como chileno, ao dispôr de D. Augusto.

Com grande tato e gentileza, Custódio, — não querendo desgostar o Govêrno que o recebia tão fidalgamente, com festas extraordinárias e carinhos de tôda espécie, — não pôde impedir essa graciosa atenção de Balmaceda. E o General foi o assíduo acompanhante de honra do Príncipe.

Essa “infração à disciplina” valeu ao Comandante Mello a má vontade e uma severa observação recebida do Barão de Ladário, Ministro da Marinha do Império...

Custódio agira, entretanto, corretamente, mas julgou melhor não discutir a censura, “curvando-se à implacabilidade dos rigores militares”.

Aquele mesmo Ministro mandou fazer carga ao Coman-

dante do Barroso da ridícula importância de quatro contos de réis, por êste parcimoniosamente despendidos com a representação do seu navio no Chile. Isso causou profundo escândalo no Rio-de-Janeiro, onde foi promovida uma subscrição pública que, rapidamente, cobriu várias vezes a importância do débito imposto àquele Comandante pelo Barão de Ladário.

Fôra magnífica a impressão deixada pelo Barroso entre o povo chileno. Primoroso orador e fino diplomata, o seu comandante fêz-se alí muito querido. A cada instante se ouvia: “que hable Mello! que hable Mello!” e êle o fazia sempre com grande felicidade. Ainda hoje alí se relembra a passagem dêsse nosso navio pelas águas chilenas, tal a correção dos seus oficiais e guarnição e a distinção irrepreensível com que alí se portaram.

Depois de sua profícua e agradável passagem pelo Chile, o Barroso lançou-se à travessia do Pacífico. Gastou 75 dias no cruzeiro de Valparaiso a Sidney e daí 52 dias a Yokohama. Tocou depois em Nagasaky, Shanghai, Hon-Kong, Singapura, Batávia, Atjeh, Olehch, Colombo, Bombay, Adem, Djeddah, Suez, Port Said, Alexandria, Nápoles, Toulon, Barcelona, Gibraltar, Bahia e ancorou no Rio. Partira a 27 de Outubro de 1888 e regressava a 29 de Julho de 1890, com 21 meses de viagem, quase tôda exclusivamente a vela. Foram 36.691 milhas navegadas à volta do nosso planeta.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Mello dera provas de alta capacidade profissional e resistência física em tão árduas e penosas travessias.

Em fins de 1889, prosseguia, sob seu comando, o Cruzador Almirante-Barroso sua viagem à volta do mundo. Achara-se agora navegando em pleno Pacífico.

Havendo partido de Batávia nos últimos dias de Outubro, com rumo a Colombo, esperava atingí-lo doze dias depois. Encontrou, porém, ventos tormentosos e ponteiros. Ao fim de trinta dias de cruzeiro, estava ainda longe do seu destino.

Os mantimentos escasseavam. Resolveu o Comandante,

então, arribar à ilha de Sumatra, escolhendo para isso o pôrto de Olehleh, na província de Kotaraja, ao Noroeste daquela possessão batava, por ser o que dispunha de mais recursos e oferecia a necessária segurança ao seu navio. Alí chegou a 29 de Novembro.

Deu-se, então, um fato extremamente curioso: ao entrar naquele pôrto, o sinaleiro içara erradamente a bandeira imperial, envergando-a com a corôa para baixo. O oficial do navio de guerra dos Países Baixos, alí estacionado, indo fazer-lhe a visita protocolar do Cerimonial Marítimo, notou a inversão do pavilhão nacional que o Barroso içara e acreditou que tal coisa, fôsse, talvez, consequência dos acontecimentos políticos que êle sabia se haverem desenrolado no Brasil e supunha conhecidos a bordo do nosso cruzador.

Naquele tempo não havia telegrafia sem fio e eram impossíveis as comunicações à distância com um navio no mar.

A "cambota" da nossa bandeira havia sido, assim, apenas, uma inadvertência imperdoável do Cabo-Marinheiro de serviço. A bordo do Barroso de nada se sabia da proclamação da República no Rio-de-Janeiro. Foi o oficial holandês quem transmitiu ao Comandante Mello a informação, baseado em telegrama publicado por um jornal de Penang.

A notícia da mudança do regime político no Brasil e do exílio da Família Imperial correu célere por todo o navio, causando grande emoção ao Príncipe D. Augusto.

* * *

Melo, não obstante não ser um político militante, era republicano, mas o seu dever e a compostura do seu cargo o obrigavam a grande discrição. No dia 2 de Dezembro, — dia do aniversário do Imperador D. Pedro II, — foram, como de costume, prestadas homenagens ao soberano brasileiro. Para o Comandante do Almirante-Barroso, oficialmente, ainda era a Monarquia a forma do Governo. Não podia, evidentemente, ser outro o procedimento de Mello. O navio de guerra holandês associou-se às cerimônias realizadas por êses motivo...

Custódio de Mello fôra um dos fundadores do Clube Militar; batalhara ao lado do Marechal Deodoro e dos mais prestigiados chefes do nosso Exército na "questão militar"; presidira à "Comissão dos Treze", eleita pelo Clube Naval para desagravar a honra das Classes Militares ultrajadas pelo Governo Imperial.

Nessa ocasião, o Imperador D. Pedro II estava no estrangeiro. A Princesa Isabel fôra compelida, pela pressão das Fôrças Armadas, a demitir o Ministério e o Chefe de Polícia desta Capital, quando da prisão de um oficial reformado da Armada num "xadrez" da cidade. O Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros assim depostos, anunciara então à Princesa Regente a queda do velho regime: "Abdica do Poder — dizia à Princesa aquele Estadista — tôda autoridade que se submete a qualquer imposição, por mais legítima que seja. E é tão perigoso resistir quanto submeter-se, depois de ter resistido"...

O Movimento de 15 de Novembro era, — tudo o fazia crer, — uma consequência dêsse conflito entre as Fôrças Armadas e o Governo Imperial, e Mello havia tomado parte saliente nos atos de repulsa na Capital do Império. Mas não perdera a linha de absoluta correção e dignidade a que o forçava sua condição de militar e comandante daquele navio de guerra.

Chegando a Colombo a 17 de Dezembro, recebeu telegramas do Almirante Eduardo Wandenkolk, primeiro Ministro da Marinha da República, dando-lhe oficialmente a esperada notícia e ordenando-lhe alterações no pavilhão nacional, — a substituição da corôa imperial por uma estrêla vermelha sôbre o escudo, que fôra conservado, — e determinando-lhe partisse para Bombaim, onde lhe seriam dadas novas instruções. Dizia-lhe, ao mesmo tempo, que o Príncipe D. Augusto devia pedir demissão do Serviço da Armada, o que Mello, paternalmente, muito a contragosto e com grande delicadeza, transmitiu ao jovem oficial, neto do Imperador destronado.

* * *

Mello modificou a bandeira nacional, de acôrdo com as ordens recebidas do Rio-de-Janeiro e, em solene ato de mostra, fê-la içar com as honras do estilo, pronunciando nessa ocasião um eloqüente discurso forrado de são patriotismo e bom senso. Finda a cerimônia mostrou ao Príncipe D. Augusto novas ordens que recebera a seu respeito e êste desembarcou naquele pôrto. Mello tomou parte no banquete — sem caráter político — que, dias depois, os oficiais do navio ofereceram, em um dos hotéis da cidade, ao estimável camarada e excelente companheiro que saüdosamente os deixára. D. Augusto era muito querido pela sua fina educação e simplicidade. Foi lancinante a despedida do Príncipe, que, chorando, abraçou a todos os seus companheiros.

D. Augusto partiu para Viena, onde passou a figurar nos quadros da Armada Áustro-Húngara, falecendo alí, depois da Grande Guerra, em extrema pobreza.

* * *

Sempre muito elegante e gentil foi o procedimento do Comandante Custódio de Mello para com o jóvem oficial, filho do Duque de Saxe e neto do nosso Imperador.

Alí não estava — um representante da Monarquia, — dizia êle, mas, sim, um jóvem que se fazia igual na luta contra os elementos, ao lado de camaradas com quem sempre confraternizara.

Ainda mais, a despeito da sua franca e sincera simpatia pelo movimento republicano que se operara no Brasil, Mello, de passagem por Toulon, enviou a D. Pedro, exilado em Cannes, um respeitoso telegrama de saüdações, igualmente assinado pelos seus oficiais.

“Ninguém conhece, — explicou, — filosofia alguma que ensine a condenar com os princípios os homens que os adotam e só porque os adotam. Se isto seria uma monstruosidade em um país regido por qualquer forma outra de govêrno que não a republicana, com maioria de razões, no meio das instituições democráticas, que devem consagrar a liberdade plena do pensa-

mente, respeitando tôdas as idéias e tolerando tôdas as opiniões”.

Por fim, após longas, interessantes e trabalhosas travessias, o lindo navio de guerra, terminando a sua viagem ao redor do Globo, voltou a fulgurar no Pôço da Guanabara, como uma verdadeira jóia, elegante e impecável da quilha à borla do tope!

Lembro-me bem da visita que a Escola Naval fêz nessa ocasião àquela belíssima galera.

A Câmara do Comandante era um museu de preciosidades — vasos, porcelanas, quadros, tapeçarias e finos objetos de arte, por êle, com fino gôsto, selecionados nos mais nobres magasins da Ásia e da Europa, dos numerosos países visitados pelo Almirante-Barroso.

Igual beleza mostravam os camarotes dos cultos oficiais daquele navio modelar, onde tudo respirava disciplina, asseio e elegância insuperáveis.

Após milhares de milhas navegadas com incontestável êxito da sua comissão, Mello não foi elogiado pelas autoridades navais... O Ministro da Marinha era candidato à Constituinte e depois à vice-presidência da República; como marinheiro “patasca”, sabia que navio sem vento, na “sombra” de outro, não anda...

* * *

O NOVO REGIME

O Brasil não estava preparado para as conquistas ideais da democracia e durante muitos anos sofreu e lutou por uma adaptação: Não tinha Cultura e nem Civilização, que são as fôrmas ou os índices que calibram os regimes políticos das nações soberanas.

“Os povos têm o Govêrno que merecem” — não é uma expressão pejorativa, é uma verdade a que nenhum povo pode fugir.

Contávamos em 1889 no Brasil mais de 70% de analfabetos.

A subida ao Poder de homens neófitos na arte de governar e a retirada sistemática dos experimentados estadistas do Império tornavam muito difícil a solução dos graves problemas políticos nacionais.

A evolução do velho para o novo regime não se podia operar de um salto, como magia de fakir. Os governos desastrosos e intolerantes, o militarismo absorvente, o caudilhismo cruel e insaciável e a reação natural de um povo jovem, deslumbrado pelos fulgores das Novas Idéias, trouxeram as agitações inevitáveis, que caracterizaram a vida nacional naquela época, abalando profundamente todo o país, sem trazer-lhe dias mais felizes.

O belo e fascinador programa teórico, traçado pelos propagandistas republicanos, não teve na prática os resultados prometidos. Faltavam ao nosso povo os requisitos indispensáveis à sua realização. Isso determinou a desorientação dos "crentes" da República e considerável decepção do povo.

Em tempo algum da nossa história, — diz ilustre escritor daquela época, — se vira tão desprezado o mérito, para dar lugar à incapacidade, à inconsciência e ao filhotismo...

Em relação às finanças, afirmação contra a qual protestou enérgicamente Rui Barbosa, "funestos e comprometedores ao crédito público foram os desastres por elas produzidos". A febre do jôgo devorava todos os cérebros. Só os preocupava a idéia dos lucros largamente remuneradores.

* * *

O Governo Provisório aumentara os vencimentos e os quadros do Exército e da Armada. Isso causara a mais lamentável impressão no espírito do público, parecendo-lhe que tais vantagens pecuniárias eram inoportunas e deprimentes aos brios dos militares. Dir-se-ia que era a recompensa, o pagamento à bôca do cofre, pelos serviços prestados pelas Classes Armadas à República naquela ocasião, quando, em todo o seu passado, essas nobres Classes sempre se distinguiram pelo seu desinterêsse, lisura, abnegação e amor à Pátria.

A *debacle* era, portanto, inevitável, — dizia a oposição ao Marechal Deodoro. A “triste e vergonhosa situação cada vez mais se complicava pela inconsciência do Governo, a sancionar todos os escândalos, assim como pelas liberalidades que, sem prudência, sem patriotismo, a mãos cheias, êle prodigalizava”.

“Na sua inexperiência política e loucura administrativa, dizia Custódio de Mello, — o Governo Provisório da República estava imbuído de idéias fantásticas, tomado de vertiginosas alucinações, e, assim, inconciente, sacrificava os interesses da Nação aos interesses de meia dúzia de felizes privilegiados...

“Os compromissos do Tesouro subiram a centenas de milhares de contos, pagáveis em épocas fixadas em contratos por êle assinados em nome da Nação. Fêz presente de largas ajudas de custo e autorizou enormes pagamentos indevidos!

“O orçamento nacional das despesas públicas subiu de muitos milhares de contos, para fazer face a tôdas essas liberalidades, que, para vergonha nossa, ficaram registradas na história desses desgraçados tempos”.

“A nefasta política, — disse Mello, — inaugurada a 15 de Novembro de 1889, com a transformação das instituições, por que passou o País, atirou-o muito perto do abismo da bancarrota, do descrédito e da ignomínia, para que êle possa tão cedo ressurgir, como a Fênix, de suas próprias cinzas.”

“Horível foi o cataclisma em que submergiram as consciências pervertidas, levando consigo a fortuna pública e particular, inclusive as economias do mísero proletário, acumuladas dia a dia, durante longos anos, à custa dos maiores sacrifícios”.

“Quando mais desenfreado ia o jôgo da bolsa, mais o dinheiro que dêle se escoava era dissipado na ostentação do luxo e na satisfação das paixões degeneradas, — conclui o autor do “O Governo Provisório e a Revolução de 1893”. Aos seus opositores classificavam como “Monarquistas”...

Quando todos os meios eram lícitos para galgar posições e fazer fortuna; quando, enfim, a corrupção lavrava por tôda parte, foi o nome de Custódio de Mello apresentado pelo Clube Militar da Baía, para candidato ao Congresso Constituinte.

Recusou, principalmente, "porque era animado de um profundo sentimento civilista".

Algum tempo depois, foi sua candidatura proclamada pelos eleitores de Santo-Antônio, na Capital daquele Estado, sua terra natal, sendo êle eleito por considerável número de votos.

Não se adaptou, porém, ao meio político dominante e, absorvido pelos enrêdos partidários, promoveu na Câmara dos Deputados uma veemente opposição ao Governo Provisório, exatamente quando o Congresso votava QUASE POR UNANIMIDADE uma Moção, aprovando todos os atos daquele Governo e apelava para o Marechal Deodoro a fim de que "Por seu patriotismo se mantivesse na direção dos negócios, aguardando a Constituição que devia ser votada e a organização do Governo definitivo".

Na época a que nos referimos, — diz Custódio de Mello, — alguns Estados eram governados por militares do Exército e da Armada; no Congresso Federal e nas Assembléias estaduais estava êle representado por grande número de Officiais de diversas patentes, alguns dos quais já haviam invadido as Repartições puramente civis.

"Esforçámo-nos, no Congresso, dizia-nos o eminente Constituinte baiano, pela organização do Exército, fechando-o no círculo traçado pela mais severa disciplina e pela obediência aos princípios de sua instituição; esforçámo-nos, enfim, por elevar a Marinha Nacional ao grau de desenvolvimento compatível com a extensão marítima e posição geográfica do nosso pas, CONSERVANDO-A SEMPRE AFASTADA DA POLÍTICA E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE MODO A QUE IMPERASSE O GOVERNO CIVIL". Infelizmente, Mello não conservou depois essa orientação e, com êle à frente, a Marinha foi lançada aos azares da política facciosa.

E' interessante observar que Deodoro achava-se rodeado de homens de grande valor.

* * *

Na Câmara Federal, que substituíra a Constituinte, Mello tomou atitudes enérgicas e rompeu francamente com o Marechal Deodoro, já eleito Presidente da República.

Com o fulgor do seu talento e das privilegiadas qualidades oratórias que o distinguiam, Mello oferece naquela Casa do Parlamento os mais veementes combates ao Governo Provisório. Rui Barbosa, Campos Sales, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocayuva e Cesário Alvim — próceres republicanos, aliados à repulsa produzida pelo projeto governamental, dando absurdas garantias de juro à empresa que se propunha construir o porto das Tôrres, no Rio-Grande-do-Sul, demitiram-se de Secretários de Estado. Novo Governo é constituído, chefiado pelo Barão de Lucena, contra o qual cresceu a luta no Parlamento.

“Alheio completamente aos movimentos políticos do país — escreveu Custódio de Mello; sempre afastado da Administração pública, Deodoro não tinha, infelizmente, os conhecimentos necessários a quem recebia a árdua e difícil tarefa da organização e consolidação do País sob o novo regime; não dispunha, sequer, de rudimentos da ciência de governar”.

* * *

A orientação política do País não é assunto ao alcance de homens inaptos, incidentalmente postos à testa do Governo. Roberto de Barros, de cuja sólida cultura filosófica e sociológica me socorri, deu-me bondosamente, a respeito, uma lição magistral:

“Do meu ponto de vista — escreveu — atendendo ao que você me pede, tenho a dizer, sucintamente que:

- 1) — “A Sociologia é o estudo dos fatos e das leis que regem os fenômenos de associação de unidades animais;
- 2) — essa definição implica na sub-divisão:
 - a) — Zoosociologia — ou sociogregarismo, associação de animais inferiores;
 - b) — Antroposociologia, associações humanas.

- 3) — o âmbito da Sociologia é, pois,
 - a) — a Sociologia Geral;
 - b) — a História;
 - c) — a Política;
 - d) — a Economia Política;
 - e) — a Ética;
 - f) — o Direito;
 - g) — a Filologia.
- 4) — “Como V. me pediu que discorresse sobre as **RELAÇÕES DA POLÍTICA COM A SOCIOLOGIA E A MORAL**, aí vai a minha definição sobre **POLÍTICA**, a qual, a meu ver, é um setor da Sociologia.
- 5) — **A POLÍTICA É UM IDEAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA AMPARADO POR GARANTIAS TAMBÉM COLETIVAS.**
- 6) — Dessas garantias consensuais decorre o **Direito**, cuja face objetiva é a **Legislação** aferente.
- 7) — Todo esse processo de sedimentação histórica se realiza no ambiente ético da associação coletiva.
- 8) — Finalmente, a meu ver, continua o nosso fulgurante colega, a ética social, fator variável no tempo e no espaço, é a sistematização das regras do bem útil às unidades associadas.
- 9) — **Política teórica** está definida no item 5.. **Política prática é a arte de governar e administrar o Estado, isto é, a Sociedade já organizada numa moldura geográfica à qual se adaptam: a massa antropológica geral; o facies histórico e tradicional (a Nação); o quadro político (estruturação constitucional e leis decorrentes); os mecanismos jurídico e executivo (Govêrno e Administração)”.**

* * *

Em interessante trabalho, com o qual concorreu e ganhou em 1915 o Prêmio Jaceguay, assim se expandiu Aníbal Gama, referindo-se à Doutrina Política: “A vida de um povo deve ser

sempre considerada sob o duplo aspecto que apresentam as suas necessidades coletivas, levando em conta as relações mantidas dentro das próprias fronteiras e aquelas estendidas ao mundo que lhes é exterior. Nenhum povo pode fugir a essa contingência porque ela é o resultado da Civilização, que cria e dilata as relações entre tôdas as coletividades humanas.

“Resulta daí que um povo qualquer, obedecendo aos reclamos da necessidade imperiosa de organizar essas relações, tanto internas como externas, é forçado a instituir um mecanismo de direção, que toma o nome de **Govêrno**.

“A forma pela qual o **Govêrno** orienta essas relações chama-se **Política**”. Ela não é arbitrária e obedece a rigorosos princípios.

A falta dessa Doutrina e da compreensão do alto valor dêsses conhecimentos, por parte dos governantes, acarreta calamidades na vida nacional.

“A ação osmótica, que faculta a difusão das idéias e a meditação sôbre elas, garante em sua plenitude o sucesso daqueles que se impõem por sua grandeza lógica e oportuna aplicação”.

* * *

Como podem, pois, civis ou militares de terra, ar ou mar; médicos, engenheiros, advogados, homens de letras ou outros quaisquer — hábeis, geniais, embora, em suas profissões; bravos, inteligentes e dignos, mas ignorantes dos princípios que regem a Política e orientam a ação administrativa do **Govêrno** — ter a audácia de assumir o comando da **Nau do Estado** e pretender conduzi-la a seus destinos?!

As conseqüências serão sempre as que vimos no comêço da República com a retirada dos experimentados estadistas do Império, diante da ação imperativa das baionetas dominantes! E até hoje são incomensuráveis os danos causados à Nação pela incompetência dos estadistas-amadores.

A CONCEPÇÃO DO ESTADO MODERNO

Em brilhantíssimo trabalho — incompreensivelmente inédito! — escrito pelo nosso erudito colega Professor Roberto de

Barros, cuja cultura não cessarei de exaltar — trabalho intitulado “ELEMENTOS ANALÍTICOS DO IDEAL SOCIAL PRÁTICO”, leio, maravilhado, os seguintes capítulos:

- 1) — Fôrças Materiais; 2) — Fôrças Intelectuais; 3) — Fôrças Morais. “Para nós, o Estado Moderno, complexo, não vem da concepção teocrática, na qual Deus erige e abate a sua estrutura; não promana da concepção racionalista que nos diz ser êle um produto exclusivo da inteligência e da vontade humana; não deflue da concepção naturalista biológica que o assimila a um organismo vivo com fisiologia própria; não decorre da concepção naturalista antropogeográfica que o transforma numa criação forçada do quadro geográfico.

“Para nós, repete o ilustre escritor, de acôrdo com o que chamamos de concepção naturalista integral, êle é um produto:

- a) — do espaço ocupado;
- b) — da posição espacial relativa;
- c) — do valor total do solo;
- d) — do número e da capacidade mental dos seus habitantes.

“Pela imensidade do seu solo político, pela riqueza do seu solo econômico, pelas frentes marítimas do Atlântico e do Pacífico, pelo valor mental de uma população que aumenta rapidamente, os Estados-Unidos da América do Norte se enquadram, com justiça, no tipo completo do Estado Moderno, complexo.

* * *

- 2) — “De um modo geral o Estado é uma moldura geográfica à qual se adaptam quadros móveis no tempo e no espaço.

“A mobilidade dêsses quadros caracteriza as fisionomias multiformes do Estatismo.

“Embora com fâcies peculiares, todos os Estados têm certos lineamentos gerais teóricos, comuns, insubstituíveis; que, no seu conjunto, arquetipam o ESTADO PADRÃO.

“As linhas mestras dêsse Estado são:

- a) — **A moldura geográfica**, isto é, o país, o território, exíguo ou amplo, mas sempre existente, que se desdobra em:
 - 1) **solo político**, alicerce teórico da soberania nacional, zona da influência que abrange não só o terreno utilizável como também as áreas inacessíveis, estéreis ou desérticas que a bandeira do país cobre e a política geral acautela;
 - 2) **solo econômico**, suporte material utilizável para a subsistência da população, considerado nas suas três dimensões dentro dos limites políticos, e ao qual se adaptam as nervuras vitais da circulação e de comunicação.
- b) — **O quadro antropológico**, a saber, o agrupamento humano; as unidades biológicas humanas que animam a moldura geográfica e de cujo contacto com o solo econômico surgem as grandes sistematizações da agricultura, do comércio e da indústria; a mescla global de indivíduos, nacionais ou alienígenas, em suma, **A POPULAÇÃO**;
- c) — **O quadro histórico**, a Nação; a pessoa histórica tradicional, moral e cultural; o agrupamento de indivíduos tendo sentimento subjetivo de unidade no tempo;
- d) — **O quadro político**, isto é, a sociedade política no seu duplo aspecto de estruturação constitucional e de leis decorrentes, visando garantias coletivas ou individuais;
- e) — **O quadro jurídico**, a saber, a pessoa jurídica,

interna e externa, representada pelo Poder Público soberano que mantém a unidade orgânica da Nação e distribui a justiça;

- f) — O quadro executivo constituído pelo Governo — Poder Público pessoal, transitório; unidades políticas da execução legal — e pela Administração — estrutura de Organização metódica das forças estatais.

* * *

- 3) — A seguir, dá-nos Roberto de Barros o quadro esquemático do Estado, que se desdobra na seguinte e magnífica seqüência:

- solo político
- 1 — Quadro geográfico
- solo econômico
- 2 — Quadro antropológico — a população global
- 3 — Quadro histórico — a Nação
- a estruturação constitucional
- 4 — Quadro político
- a legislação geral
- o poder soberano, impessoal
- 5 — Quadro jurídico
- a estruturação judiciária
- o Governo
- 6 — Quadro executivo
- a Administração.

* * *

- 4) — “O cotejo dos quadros acima referidos, feito à luz do critério histórico-experimental, leva à conclusão de que o quadro político é, de todos, o predominante.

“A sociedade política teórica, sendo um ideal de Organização coletiva, servida por uma estruturação de garantias também coletivas, é evidente que o aglomerado humano associado

terá necessidade da criação de um poder coletivo único, exteriorizado pela legislação geral.

“E’ a sistematização dessas leis, beneficiadoras e garantidoras das unidades associadas, que se erige, superior e teoricamente, no Poder Público soberano, cujo caráter, impessoal e permanente, constitui-se em cimento orgânico e se traduz como símbolo externo da individualidade do Estado”.

E em páginas magníficas, numa série de idéias genialmente concebidas e ainda mais maravilhosamente condensadas em uma síntese que é uma obra admirável, como tudo quanto produz, Roberto de Barros aborda os mais interessantes aspectos da tese que se propôs desenvolver e conclue o estudo dos “Elementos Analíticos do Ideal Social Prático” com o das **Fôrças Morais: Solidariedade social, sociabilidade e virtudes sociais.**

“Finalmente, diz, temos a **solidariedade social**, própria das unidades humanas agindo, em plena consciência, na constituição das sociedades.

“Esse fator vem a ser a dependência mútua, consciente, dos indivíduos que aceitam um fato, um ato, uma idéia, um princípio, como um elo de comunhão **inter-pares.**

“Cimento moral, por excelência, a solidariedade, socialmente, pode ser benéfica ou maléfica”.

“Quando benéfica, deve ser o pagamento da dívida contraída pelo homem, para com o meio em que êle vive e se agita”. A respeito dêsse débito, cita **Léon Bourgeois:**

“Desde que a criança se torna um sêr distinto, separado de sua mãe, após o aleitamento, é um devedor da sociedade.

“Dívida, a sua nutrição: cada um dos alimentos que consome, é o fruto da longa cultura que, há séculos, reproduz, multiplica, melhora as espécies, vegetais ou animais, de que êle vai haurir a sua carne e o seu sangue.

“Dívida, seu linguajar ainda incerto: cada uma das palavras que nascerá dos seus lábios, êle as recolherá dos lábios dos pais ou dos mestres que, como êle, as aprenderam também.

“Dívida, o livro e a ferramenta que a escola e a oficina

lhes vão oferecer: êle jamais poderá saber o que êsses dois objetos exigiram de esforços anteriores, quantas mãos pesadas e desajeitadas pegaram, manejaram, levantaram, modificaram essa forma de ferramenta antes que ela se tornasse o instrumento potente e ligeiro que auxilia a vencer a matéria; quantos olhos se abriram e fixaram longamente sôbre as coisas... quantos pensamentos despertaram, esforçados e tensos; quantos sofrimentos foram suportados para pôr à sua disposição êsses caractéres de imprensa, essas vinte e quatro pequenas letras negras que, em algumas horas, espalham pelo Mundo, em milhões de exemplares, o inumerável enxame de idéias.

“E, quanto mais êle avançar na vida, tanto mais verá crescer a sua dívida... dívida a cada passo na estrada que, ao sabor de mil penas, os homens construíram através dos pântanos e montanhas; dívida a cada revolução da roda do carro, a cada rotação da hélice do navio; dívida para com todos os mortos que deixaram essa herança, para com todos cujo trabalho transformou a terra, rude e sombrio abrigo das primeiras idades, em um imenso campo fértil, em uma usina criadora...”

* * *

“Quando, pelo contrário, — diz agora Roberto de Barros, — a solidariedade é maléfica, tôda essa dívida é atacada pelos ácidos corrosivos dos baixos instintos e então surgem, no campo social, os bandos criminosos, nocivos ao próprio meio em que vivem, as intolerâncias políticas, as concepções de superioridade racial, os fanatismos religiosos, as idéias de conquista a ferro e fogo.

“Todos os valores, neste caso, conclui o nosso brilhante colega, se invertem e a obra benfazeja dos construtores da felicidade, cede o lugar às maquinações tortuosas, brutais, sanguinolentas dos modeladores de desgraças”.

* * *

Não cabe, infelizmente, neste trabalho, tôda a imensa obra sociológica pacientemente arquitetada pelo eminente Professor na síntese magnífica em que bebemos as lições do valor dêsses estudos e da imperiosa necessidade de, com êles, se aparelharem os Homens do Govêrno para obterem a necessária capacidade na orientação dos destinos da Nação.

* * *

Não me quero furtar, porém, ao prazer de repetir aqui mais algumas das luminosas sentenças de Roberto de Barros a êsse respeito:

“Organizar-se, progredir, ampliar a esfera de atividades, eis a trajetória filosófica e evolutiva, em escala ascendente, das tendências globais das sociedades humanas”.

No dizer de eminente sociólogo, “tudo se organiza na natureza, e a espécie humana, compreendendo a necessidade universal, estabelece voluntariamente, em princípio de conduta, a obrigação, para todos, de colaborar, cientemente, na obra de organização coletiva”.

“Há, pois, um IDEAL DE ORDEM — prossegue Roberto de Barros — cujos elementos analíticos vamos enumerar.

“Sentindo, pelo isolamento individual, o grau congênito de sua fraqueza, o homem se compenetra da necessidade de cooperar e de buscar a cooperação dos seus semelhantes para que o agregado social, ao qual pertence, possa subsistir às vicissitudes cósmicas e às alternativas históricas.

“Daí, em primeiro lugar, o instinto de cooperação. A seguir, essa cooperação faz brotar, em cada um, de acôrdo com as suas condições personalíssimas, A CAPACIDADE PARA O TRABALHO.

“Dessa grande fertilizadora dos campos estéreis da vida, alguém já disse que “desperta as messes, nos pampas; extrai metal luzente dos mais negros antros; converte a argila em lar, a pedreira em estátua, o trapo em vela, a côr em quadro, a chispa em frágua, a palavra em livro, o ráio em luz, a catarata em fôrça, a hélice em asa. Seu esforço secular criou

o poder do homem sôbre as fôrças naturais, dominando-as antes, para utilizá-las depois. E' obra sua a alavanca, a cunha, o machado, a roda, a serra, o motor e a turbina. Nada existe, no Mundo, que não conserve o vestígio de suas virtudes, vencedoras do tempo...

"Aquele que tece uma fibra, inventa uma máquina, poda um jardim, ergue uma casa, escreve um livro, torneia um eixo, lança uma semente, fiscaliza uma engrenagem; cura um en-fêrmo, educa uma criança e modela uma estátua, realiza uma função benéfica para a sociedade, cumpre o dever de produzir e adquire o direito de consumir".

* * *

"A cooperação e o trabalho, — ensina Roberto de Barros, — acarretam, inelutavelmente, o **CULTO DO DEVER COMUM**, o qual, dadas as divergências dos caractéres individuais e as necessidades globais dos elementos associados, exige a existência de uma lei básica, de um estatuto constitucional definidor do aspecto político-administrativo do Estado erigido pela Nação em seu próprio benefício". E prossegue magistralmente:

"Dessa lei das leis, estruturação de garantias estabelecidas pelo consenso da maioria dos elementos associados em benefício de todos indiscriminadamente, defluem os conceitos de **Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário**.

"Se todos os agregados humanos tendem para uma organização, não menos evidente é o seu caráter melhorista.

"Da mesma forma que o menino quer ser homem, que o homem deseja fruir maiores comodidades, galgar posições mais elevadas, descortinar horizontes mais amplos, assim também os agrupamentos sociais têm o seu **IDEAL DE PROGRESSO**.

"Sair do homogêneo para o heterogêneo, do simples para o complexo, da generalização para a especialização, eis as grandes formas do comportamento das sociedades humanas.

"Essa escala de perfectibilidade ora atinge o lado material da vida em busca de um **maximum** de confôrto, ora se orienta para o aspecto moral da existência, procurando dar, aos sêres

associados, a par de um **maximum** de eficiência individual, uma investidura de grandeza mental.

“No primeiro caso, pode-se-lhe dar o nome de **IDEAL DE PROSPERIDADE**; no segundo, o de **CULTO DA GRANDEZA HUMANA**.

“A solidariedade social, a sociabilidade nacional, as virtudes sociais filtradas, no tempo, através do **clan**, da família, do burgo, da cidade, da nação, e cuja forma superior é o **CULTO DA GRANDEZA HUMANA**, preparam o espírito do homem para êsse círculo mais vasto de atividades que se chama o **IDEAL DE HUMANISMO**, sùmula filosófica das tendências mentais dos sêres que pensam, que raciocinam, que procuram se libertar do ancestralismo primitivo, egoísta e mau, que norteava os habitantes das cavernas.

“O espírito do humanismo vem da noite em que o homem era o lobo do homem, e segue laboriosa, mas inelutavelmente, para o dia em que deverá haver a **HARMONIA PARA A VIDA**.

“Daí essa ampliação para o conceito da interdependência planetar, de relações internacionais, de estruturação de garantias mundiais recíprocas, cujas sínteses se chamam: **RELAÇÕES EXTERIORES, DIREITOS DO HOMEM, JUSTIÇA INTERNACIONAL**”. E conclui brilhantemente — como filósofo e pensador — Roberto de Barros o seu **Conceito do Estado Moderno**”.

“Com êsse remate das forças morais, o Estado se erige como autoridade digna de respeito, em face dos seus pares, na obra gigantesca de tornar suportável, aos sêres humanos, a sua fugacíssima passagem pela Terra”.

* * *

Custódio de Mello era agora um grande condutor da política nacional. O político absorvera o marinheiro. Envolvido pela porroca das agitações partidárias, conseqüentes dessa ordem de coisas, foi levado por circunstâncias extraordinárias a chefiar movimentos revolucionários. Tanto em 1891 como

em 1893, as Fôrças Navais que comandou ressentiam-se de aparelhamento militar eficiente e careciam de ideal político definido, que justificasse o derramamento de sangue e os prejuízos materiais que a Nação sofreu.

E a Marinha, irresistivelmente arrastada pelos agitadores daquela época, esqueceu que sua missão não é intervir nas competições da política partidária, sob pena de desorganizar-se e desaparecer como instrumento de defesa nacional. Desunida e afastada do Exército, excitada e dividida pelos políticos profissionais, nela se multiplicam os grupos facciosos, chefiados e explorados pela “velhacaria política” e aliados aos que em terra ambicionam o Poder e, para obtê-lo, desagregam a Nacionalidade, arruinam o Poder Naval do Brasil.

Para êsses, “après moi de déluge”! No futuro da Pátria não se pensa...

A MARINHA E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O que o Almirante Saldanha nos ensinava, e o que nunca devemos esquecer, é que — repetimos — “O PAÍS EM QUE, AO FULGOR DAS BAIONETAS, OS MILITARES DITAM LEIS, E’ UMA PÁTRIA PERDIDA, SEM REMÉDIO...”

“POR MAIS ILUSTRES QUE SEJAM AS CLASSES ARMADA, E POR MAIS NUMEROSOS QUE SEJAM OS SEUS EFETIVOS, — dizia-nos êle, completando o seu pensamento, — NÃO E’ DA ESSÊNCIA DO SEU PAPEL ESTABELEÇER A DIREÇÃO DOS DESTINOS DO PAÍS”... que terá sempre inevitavelmente, os Govêrnos que merecer por sua cultura e civilização...

* * *

A nossa participação nas lutas “civis” de 1891 a 1894 teve as mais terríveis conseqüências para a Marinha e para o país. Alí perdemos oficiais brilhantíssimos e assistimos ao completo desmantelamento da nossa Fôrça Naval.

O Almirante Mello estivera na maior conspiciência durante todo êsse tempo. Deixara a sua carreira, a tantos tí-

tulos notável e, eleito Deputado à Constituinte, fizera-se em breve o **leader** da oposição ao Marechal Deodoro.

Escandalizara-o a promoção feita a si mesmos dos próprios Secretários de Estado do fundador da República. Ele punha os melindres da honra acima dos proventos materiais da vida, nesse evangelho de pureza em que se traçava a escrupulosa honestidade.

“Com a sua alma de patriota e de puritano, Custódio de Mello sentiu que não podia pactuar com um Governo que começava por menosprezar os grandes princípios da moralidade administrativa, muito embora admirasse no grande fundador da República as grandes virtudes que deles fizeram um dos maiores soldados do Brasil”.

Nessa ocasião, o Clube Naval, então presidido e infelizmente orientado pelo Alte. Wandenkolk, Ministro da Marinha e candidato à Vice-Presidência da República, era agitado por oficiais de prestígio na Corporação e votou Moção de aplausos à indicação do nome do Marechal Deodoro para o cargo de Chefe do Estado. Como era de esperar, na seguinte assembléia do mesmo Clube, um outro grupo de sócios, então em maioria, votou outra Moção, de aplausos à indicação do nome do Marechal Deodoro para o cargo de Chefe do Estado. Como era de esperar, na seguinte assembléia do mesmo Clube, um outro grupo de sócios, então em maioria, votou outra Moção, de protesto contra a primeira, “PORQUE ENTENDEMOS — diziam sensatamente os seus signatários — QUE O PAPEL DA FÔRÇA ARMADA E’ O DE GARANTIR AS INSTITUIÇÕES E ACATAR AS RESOLUÇÕES DO PODER CONSTITUÍDO”. Essa seria a atitude da Marinha, garantindo a posse do cidadão que fôsse eleito pelo Congresso. Esse foi Deodoro, que tomou posse, sem maiores dificuldades...

A oposição contra ele, porém, agravou-se por tal forma que o Governo, perdendo a serenidade, resolveu decretar a dissolução do Congresso Nacional.

Mello resolve, então, tomar os navios de guerra que estavam na Guanabara e pôr-se à testa da Revolução, derrubando sem dificuldade o primeiro Governo da República, que passou

a ser exercido por Floriano. Isso lhe deu, em 1891, um grande relêvo na política nacional e conseqüente corresponsabilidade nos acontecimentos desenrolados. Por sua ordem, como Ministro da Marinha, cargo que assumiu depois de vitoriosa essa rápida Revolução, navios de guerra ajudaram a depôr todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Estado, exceção feita de Júlio de Castilhos, o qual, por isso, fôra derrubado por uma rebelião local, mas, depois, repostado pelo próprio Governo Federal. Esse fato deu motivo à Revolução chefiada pelo Conselheiro Gaspar Martins, que levantou ali a bandeira parlamentarista...

Mello dominou as revoltas do Cruzador 1.º de Março e das fôrças de Sta.-Cruz e Lage. Foi o braço do Governo nas várias reprimendas às reações anti-florianistas que surgiram nesta Capital. Assinou a reforma de treze generais e as deportações dêles e de políticos eminentes que, nessa ocasião, tomaram atitudes contra o Marechal. Fêz comandantes dos maiores navios da Esquadra, sîmples Tenentes, por serem "da confiança do Governo". Despendeu depois os maiores esforços para a pacificação do Rio-Grande e, por fim, desentendeu-se profundamente com o Marechal Floriano, de quem se separou espetacularmente. Deixando o Governo passou a conspirar contra êle.

Era grande a agitação política em todo o país.

O protesto formulado por Mello, a 28 de Abril de 1893, contra as atitudes bizarras do Marechal Floriano, acusando-o de atos contrários aos interêsses do país, foi enérgico e incisivo, mas não demoveu o Vice-Presidente da República do seu propósito de sustentar, no Sul, o carniceiro cruel que desgraçava o Rio-Grande!

MAIS UMA REVOLUÇÃO

Nessa ocasião, agita-se novamente a Marinha. Wandenkolk, sem o mínimo preparo prévio, sem a mínima combinação com as Fôrças Federalistas, e sem critério político nem militar, arma no Prata dois pequenos vapores mercantes brasi-

leiros e ataca o Rio-Grande. O resultado foi o que se devia esperar: Wandenkolk e os oficiais que com êle tomaram parte nessa louca aventura foram batidos e prêsos.

A Marinha — já lançada na paixão partidária — não assistiu a isso calmamente. No Clube Naval — dividido em dois grupos que se odiavam — a excitação tocara ao auge. A Revolução “devia estourar a qualquer momento”. Procurava-se um Chefe: só isso “bastaria”; tudo mais estaria “pronto”!... Entretanto, nem se achava quem quisesse chefiá-la, nem quem pusesse navios e fortalezas navais em ordem para combater um Govêrno disposto a resistir e fôsse capaz de organizar um plano de campanha.

Floriano, ciente de tudo pelos seus partidários da Armada e pela sua polícia secreta, toma várias providências e deixa que o Movimento se ponha em marcha. As confabulações do Clube Naval transbordavam para a rua...

Mello, Saldanha, Jaceguai e Baltazar da Silveira, recusam pôr-se à testa da rebelião. O Clube Naval, em meio da agitação política, elege seu Presidente o Almirante Wandenkolk, então prêso na Fortalezade Sta.-Cruz.

Medidas drásticas, violentas, por parte do Govêrno, se sucedem: o recrutamento forçado, as prisões arbitrárias por simples suspeição, a caça aos denunciados, o tratamento inhumano dos prêsos políticos, sua incomunicabilidade e o segredo do seu destino; os espancamentos cruéis nos vagões da Central; as ameaças e o terror exercem efeito de pânico na pacífica população desta Capital.

Dos Corpos do Exêrcito da guarnição desta Capital nenhum se manifestou simpaticamente à conspiração. Nenhuma manifestação do povo contra o Govêrno. Parecia assim que a luta seria da Marinha contra o Exêrcito. Semelhante coisa seria nefasta ao país. Tendo sido consultado, Saldanha manifestou-se indignado contra os conspiradores, mostrando-lhes o êrro em que laboravam, fazendo com que a Marinha tomasse tal parte na política partidária, impondo a sua vontade à Nação, como expressão daninha de um lamentável militarismo...

“O processo para livrar a Nação dos maus govêrno reside

na educação cívica do povo e não no emprêgo das fôrças Armadas"... era a sua opinião. Os povos têm os Governos e a sorte que desejam e merecem...

"A política infeliz desses primeiros anos de República, disse brilhantemente Aníbal Gama, produziu êsse fruto venenoso e amargo — o divórcio das duas Corporações, que o simples bom senso obrigava a um fraternal entendimento.

"A questão sentimental embaralhou-se nas manobras políticas e as opiniões deixaram de ser o resultado das reflexões, para traduzirem o reflexo das paixões exaltadas. Havia um estado de verdadeiro desespero da Nação, vendo fechadas tôdas as portas para se chegar a um entendimento leal e sincero para a pacificação do Rio-Grande".

* * *

O apêlo emocionante de Demétrio Ribeiro, para que se encontrasse uma solução que fizesse abater as armas naquela pungente luta fratricida, não moveu o Congresso Nacional, que se negou a atender a êsse clamor de piedade, de justiça e de humanidade!

Florianô conservou-se impassível!

"O sangue que tingia os pampas e que desencadeara uma tempestade de ódios e vinganças, de bravura e de crueldade, **não comovia os políticos, QUE FAZEM DO BRAÇO DO SOLDADO O TRAMPOLIM DE ONDE SALTAM PARA GALGAR O PODER!**"

Como expressão de seu ódio, clamavam os gaúchos:

"Ao sacrifício das vidas

"Dos pais, dos irmãos queridos,

"Ajuntam êsses bandidos

"A deshonra, o roubo vil,

"Fazendo ecoar ao longe

"Que tanta infame torpeza

"Tem a sagrada pureza

"De libertar o Brasil"...

Diante desse horror a Marinha apaixonou-se e toma a iniciativa da Revolta que ela ingenuamente supunha se alastraria por todo o país, lançando-se à luta sem devido exame de situação e o preparo bélico correlativo...

Arrastado pela corrente revolucionária da Armada que correspondia ao clamor da Nação indignada contra o que se passava no Rio-Grande, Mello aceita afinal a chefia do movimento e resolve-se a dar contra Floriano um golpe semelhante ao por ele mesmo desferido, com rápido êxito, em 91, contra o Marechal Deodoro...

Não foi, porém, tão fácil nem de igual felicidade. O Chefe do Governo — a pretêxo de reparos, de que o navio carecia, determinara a saída do Encouraçado Riachuelo para a Europa e do Cruzador Tiradentes para Montevideu, e retirara de bordo do Aquidabã peças essenciais das suas máquinas motoras e escondera-as no Itamarati.

Dos políticos profissionais, agitadores desse maremoto, poucos acompanharam o Almirante Mello para a rebelião por ele encabeçada.

A situação era agora outra. Floriano estava disposto a resistir e a Esquadra, propositalmente desaparelhada pelo Governo, não podia agir contra êle. Faltava tudo a bordo dos navios — aguada, carvão, munições, mantimentos, sobressalentes e pessoal — reduzidos ao mínimo pelas Autoridades Navais. O Couraçado Aquidabã — seu navio capitânea — não se podia mover! Preciso foi fabricar a bordo as peças que faltavam e alterar o sistema de condensação do vapor para que pudesse andar.

Atordado com a grave situação em que a Esquadra se encontrava, Mello, todavia, não hesitou em prosseguir em seus intentos revolucionários e, sem dinheiro para comprar o que precisava, resolve assaltar os navios mercantes que estavam no pôrto e apoderar-se de seus aprovisionamentos. Uma barca d'água, que servia aos navios estrangeiros, atestou os tanques do Aquidabã e do República, ficando desde logo a Esquadra submetida ao regime do racionamento.

Na falta de um Estado-Maior devidamente organizado, alguns dos oficiais mais ativos que o rodeavam, começaram a tomar as medidas que julgavam acertadas, algumas das quais comprometeram seriamente a Revolução. O Batalhão Naval abandonou a poderosa Fortaleza da Ilha-das-Cobras e, após encravar os seus grossos canhões, embarcou na Esquadra... Deixaram ali os Revolucionários, além de uma posição básica importantíssima na Guanabara, o Hospital de Marinha, oficinas, paiói de mantimentos, fardamentos e sobressalentes, navios reparáveis e outros importantes recursos, dos quais o Govêrno se poderia ter apoderado sem a mínima dificuldade.

Os galês, ali deixados prêsos e sem comida, arrombando as prisões e começando a cometer violências e a saquear os paióis, assustando as famílias residentes naquela ilha, obrigaram o Almirante Saldanha a correr em socorro destas, fazendo-a ocupar por uma ala do Corpo de Assistentes sob o comando do então Capitão-Tenente Antônio Júlio de Oliveira Sampaio, para restabelecer a ordem.

Isso tirou ao Govêrno a possibilidade de tomá-la. Quando o quis fazer, pela fôrça, foi repellido.

A guarda de navais que guarnecia a Armação, — fartos depósitos de artilharia e munições da Marinha, — foi igualmente recolhida à Esquadra, deixando-os inteiramente abandonados. À custa de não pequenos sacrifícios, e perda de vidas preciosas, foi dali ainda retirado algum material para armamento de paquetes, rebocadores e lanchas ao serviço dos Revolucionários.

Sem gente para realizar operações de desembarque, pois que era insuficiente o efetivo do Batalhão, o Corpo de Marinheiros Nacional, em Willegaignon não se declarara pela Revolução, não podia o Almirante Mello lançar-se ao ataque do Rio-de-Janeiro, nem ocupar Niterói.

Ao mesmo tempo, o Comandante das Fôrças Navais estrangeiras de estação neste pôrto, comunicara ao Chefe da Esquadra Revolucionária que se oporia pela fôrça a qualquer tentativa de ataque à Capital da República.

Logo depois, voaram os paióis de pólvora do Matoso, na

ilha do Governador, que os Revolucionários haviam deixado também desguarnecidos.

“Comandos” organizados pelo Govêrno assaltam e incendiam os depósitos de carvão e navios abandonados na enseada, nos diques e nas ilhas de S. Lourenço, em Niterói.

* * *

Só a 13 de Setembro, 7 dias depois, resolve Mello bombardear as fortalezas da barra, sem qualquer resultado prático, pois não tinham forças de ocupação. Repete os ataques por vários dias sem nenhum êxito.

No assalto aos navios mercantes atracados às mortonas da cidade, ferem-se seguidos e sangrentos combates entre rebocadores e lanchas, armadas pelos Revolucionários, e as tropas legais, que haviam levantado poderosas trincheiras no litoral.

Finalmente Saldanha, “para salvar os companheiros que nela se meteram ou morrer com êles”, é arrastado para a Revolução.

A resistência tenaz oposta por Floriano ao levantamento da Esquadra, — diz Sousa e Silva, — impunha, para o triunfo da Revolta, uma ação militar, política e administrativa, resoluta e vigorosa, tendo por base sua conjugação com a Revolução Federalista e sua coordenação mútua, para uma utilização completa, racional e metódica dos recursos militares de que separadamente dispunham.

Dar-lhe-iam os Federalistas o exército que a Marinha não tinha; esta, os navios para transportá-lo e a força para assegurar-lhe as vias de comunicação e para abrir-lhe caminho para a Capital, onde se entrincheirava Floriano e de onde só o poder das armas o expeliria. O Almirante Mello, porém, não entrara em entendimento com Silveira Martins. Precisava sair do Rio onde já nada mais podia fazer. Deixaria aqui Saldanha e iria agir. No mar, atacaria a Esquadra que o Govêrno aprestava no Norte e impediria a concentração dos navios que estavam em Montevidéu. Cobriria o Destêrro contra os seus ataques. Secundaria a ação dos Federalistas e os traria com a sua Frota

para, apoiado em Saldanha, atacar o Rio-de-Janeiro. Partiu com êsse objetivo levando o Aquidabã e o Esperança para o Sul.

Não encontrando o indispensável e prometido apôio nas forças militares e políticas de S. Paulo, não pôde Mello apoderar-se de Santos e seguiu para Sta.-Catarina, cujo Governador, conhecendo a marcha vitoriosa do Exército Federalista para o Norte, entrega-lhe a Capital. O "Govêrno da República", — Junta Provisória, que êle ali instalara, composto do Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, Capitão-Tenente Mourão dos Santos e Tenente do Exército Aníbal Cardoso, positivista enragé, não aceitou a orientação política parlamentarista do Partido Federalista Sul-Rio-Grandense e lançou manifesto contra Saldanha! Queria manter a Constituição de 91 e limitava os anseios e objetivos da Revolução à derubada do Marechal Floriano. Faltava-lhe, assim, tudo para conduzir à vitória o movimento de 6 de Setembro. Não havia ali unidade de doutrina política nem de comando militar.

Em consequência, os Chefes Federalistas não obedecem às suas ordens e recusam dar ao Almirante Mello o necessário apôio, a tropa de desembarque, para a realização dos objetivos estratégicos combinados com Saldanha, (*) que foi assim sacrificado.

Santa-Catarina não tinha recursos para fornecer o número preciso ao pagamento da tropa e à compra do essencial à Revolução. A Esquadra Legal fôra organizada e concentrada na Bahia. Nunca fôra atacada e punha-se em marcha para o Sul.

Estava, conseqüentemente, perdido o movimento em que Mello se lançara, incitado pelos agitadores do Clube Naval e pelos políticos militantes na Capital da República, dos quais poucos o acompanharam aos postos de sacrifício na Esquadra! O próprio "Governicho" de Santa-Catarina, que Mello não quis de-

(*) — "Mello assumira o compromisso de fazer voltar ao Rio o Aquidabã dentro de 15 dias, trazendo um Corpo do Exército Federalista para desembarcar em Itaipú e dali investir Niterói. Iria depois atacar a Esquadra que o Almirante Gonçalves organizava no Norte do País". (Carta do Alte. Alexandrino a Dunshe de Abranches).

pôr, deixara-o impotente e sem voz para corrigir as loucas decisões e a inacreditável inconsciência daquele Triunvirato.

Em vão Saldanha, no Rio, inquieto com a sorte dos companheiros, com o futuro da Marinha e os destinos do Brasil, esperava ver realizado o que havia assentado com o Chefe supremo da Revolução, assim fatalmente condenada aos desastres que se sucederam em 13 de Março, 16 de Abril e no fracassado ataque levado por mar, pelo Almirante Mello e tropa federalista, à cidade do Rio-Grande.

Exausto de recursos, Saldanha abandonou os navios e posições que ocupava na Guanabara e se asilou a bordo dos navios portugueses aqui estacionados. Perdido o apóio da Esquadra do Rio-de-Janeiro, o Exército Federalista retira-se para o Sul. E' batido em Carovi, onde pereceu o General Gumercindo Saraiva, que o comandava, e é destroçado em Passo Fundo, conseguindo, apenas alguns corpos emigrar para a Argentina, quando alcançadas as fronteiras daquele país. "O Aquidabã foi torpedeado pela Esquadra Legal, em Santa-Catarina, sendo fuzilados pelo Coronel Moreira Cesar, todos os seus oficiais, sargentos e marinheiros que caíram nas mãos das "Fôrças Legais"... No Rio e no Paraná, iguais crimes foram sumariamente praticados.

Mello, derrotado e sem recursos, abandonou a luta e entregou os seus navios ao Govêrno de Buenos-Aires. E assim terminou o Movimento de 6 de Setembro de 1893.

O FIM

Após sacrifícios pessoais inenarráveis e atos de um heroísmo e devotamento sem par, a Marinha Brasileira desaparece entre as ruínas do seu material e a desorganização dos seus Serviços. Oficiais de Marinha legalistas e revolucionários se odiavam ferozmente... Não teria sido diverso o espetáculo, com a vitória da Revolução, que não teria, mesmo assim, resolvido os problemas políticos nacionais... Os "agitadores" voltaram às suas cadeiras na Câmara e no Senado... Os Oficiais, Aspirantes, Sargentos e Marinheiros emigrados incor-

poram-se ao Exército Federalista, cujo Comando nosso Chefe foi chamado a assumir. Franco Caldas, outros Aspirantes e eu fomos destacados como "Ligação" do Almirante Saldanha com os Corpos do Exército Libertador, que êle brilhantemente reorganizara no Rio-Grande. Tomámos parte em vários combates. Assistimos, alí, às mais horríveis matanças e depredações entre "Maragatos" (Federalistas) e "Pica-paus" (Castilhistas).

Nas "Revoluções que eu vi" no Rio-Grande-do-Sul, meu lugar era junto ao Coronel Gaspar Barreto, um bravo e digno caudilho gaúcho da Cachoeira, das fôrças do General Joca Tavares. Vi degolamentos horríveis, incêndios, destruições de rebanhos, violações de mulheres, saques, etc., cruelmente praticados pelas tropas legais. Os Federalistas vingavam-se no mesmo diapasão de crueldade e ódio... *Gratez le brésilien et vous trouverez l'indien*...

* * *

Sem o menor proveito político ou militar para as tropas inimigas, nas vésperas da Pacificação do Rio-Grande, Saldanha é atacado em Campo-Osório e trucidado com a pequena fôrça, simbólica, que então o rodeava no Rincão-de-Artigas.

Da maneira a mais selvagem, o nosso grande Almirante e os seus heróicos companheiros, — o seu "Batalhão Sagrado", o resto da Marinha, que êle tentara em vão salvar dos destroços da Revolução, para reconstruir o Poder Naval indispensável à defesa do Brasil! — são abatidos, e todos cruelmente degolados, ficando alí, ao sol e à chuva, seus corpos insepultos para repasto dos abutres! Muitos foram os Oficiais, Aspirantes, Sargentos e Marinheiros sacrificados naquele tristíssimo assalto das numerosas fôrças castilhistas.

Depois do combate, os nossos inimigos tripudiaram sôbre os corpos dos nossos queridos mortos, arrastaram para longe o cadáver do Almirante, que ocultaram numa grotta, e festejaram ruidosamente a vitória que, aliás não lhes dava qualquer outra vantagem para suas armas e não era senão motivo para as expansões terríveis do seu ódio partidário, infame e cruel.

* * *

Felizmente, com a graça de Deus e da Virgem Santíssima, pouco depois, sob o pulso forte de um valoroso e consumado Estadista, Prudente José de Moraes e Barros, pôde o Brasil restaurar as suas forças materiais e morais e voltar à tranqüilidade, permitindo êxito aos Governos felizes que logo após o sucederam. Fêz a Pacificação do Rio-Grande. Anistiou os Revolucionários. Esmagou a demagogia. Reparou o que pôde. Praticou obras divinas de amor pelo Brasil.

Dêle sempre nos devemos recordar com veneração e saudade. Desgraçadamente só não seria possível fazer reviver os mortos valorosos, o glorioso Chefe e os heróicos companheiros tombados no mar e em terras do Brasil...

“O DEVER DO MOMENTO”...

Que Deus abençõe a Terra de Santa-Cruz e nunca mais permita semelhante flagelo em nossa Pátria.

As guerra civis não resolvem os problemas políticos e sociais do país! Só a sabedoria dos Estadistas e a Cultura e a Civilização do povo podem solucioná-los.

* * *

As conseqüências da participação da Marinha nas lutas partidárias são sempre as mais desastrosas para a Corporação, para o Serviço Naval e para a Nação.

A separação, quando não a desconfiança, a inimizade e até o ódio entre os companheiros, — que perduraram durante muitos anos, estúpidamente, a desorganização de Serviços, que custaram muitas décadas de paciente labor; a ruína do Poder Naval do País, são os frutos inevitáveis dessa calamidade.

Fôrça só se compreende unida, coêsa, constante. Fôrça sem união é paradoxo. A doutrina militar só existe de fato quando apoiada sôbre a união das Fôrças Armadas, disse em inolvidável conferência no Clube Militar o venerando Almirante Sampaio.

A política, sujeita por sua própria natureza a divergências de opiniões — às várias “disciplinas partidárias” — é por isso mesmo um perigosíssimo elemento dissolvente, demolidor da instituição, e, por conseguinte, nociva à doutrina militar. Campos opostos separarão por muito tempo Exército, Marinha e Aeronáutica, por acaso envolvidos nas aventuras da política interna do país; e, neles, corpos, navios, esquadrilhas aéreas, — cada qual podendo tomar o seu “partido”, — procuraria destruir os seus antagonistas, demolindo as Fôrças Armadas da Nação, — que precisa fazer prevalecer livremente a sua vontade nas urnas, nas discussões parlamentares e nas resoluções do Governo constituído, sem qualquer ação perturbadora por parte dos elementos militares.

* * *

Terminados os motins, pouco ou quase nada restará do Poder Militar, de que tanto carece o País para a sua defesa, e recomeçarão os políticos a tripudiar sôbre os destroços deixados nos navios e quartéis pela comoção intestina. Afastam depois os militares de quaisquer vantagens por ventura legitimamente pleiteadas e anulam as mais justas pretensões dos que os ajudaram a galgar as altas posições dominantes no Governo.

Há porém, oficiais que desertam das carreiras militares e se afazem aos usos e costumes da política profissional, usufruindo consideráveis vantagens pessoais. Com os seus métodos e audácia, êstes sabem abrir caminho para sua bôa fortuna...

Os processos de que lançam mão os “chefes políticos” para dominarem os seus concidadãos e manterem as suas posições de mando, atraíndo para suas ingratas campanhas partidárias as Classes Armadas e explorando-as em seu exclusivo interêsse pessoal, tornaram-se famosos!

São felizmente reconfortantes as lições do nosso passado: O Brasil só conseguiu manter a sua unidade política e a sua integridade nacional, nos tempos tumultuosos da Regência, gra-

ças, exclusivamente, à disciplina, à união, ao patriotismo e ao espírito de sacrifício da Marinha, sempre alheia a essas atividades.

Unamo-nos, pois, fraternalmente, Exército, Marinha e Aeronáutica! Esse deve ser o nosso constante ideal, por amor ao Brasil — acima de tudo na vida! Unidos e fortes, seremos respeitados e poderemos realizar os nossos máximos objetivos, de guardas fiéis das nossas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e corrigir com o peso da nossa força os absurdos excessos da política interna, que sem nossa separação **SE CONSERVARÁ DENTRO DAS LEIS...** Cumpriremos, assim, religiosamente, o nosso juramento à Bandeira, deixando ao nosso povo a mais ampla liberdade para escolher os seus **leaders** e governar-se a si mesmo soberanamente, como melhor lhe parecer e na altura do seu valor.

Pensar de outra maneira, quando se deve compreender a imperiosa necessidade de possuir **Fôrças Armadas aparelhadas, disciplinadas e eficientes para garantia da defesa externa do país**, seria paradoxal; seria condenar a Nação ao suplício eterno de **Sisifo**, arrastando penosamente para o Alto da Montanha do seu Poder Militar a pesada pedra da Organização bélica, e vê-la rolar ladeira abaixo, quando se acredita haver atingido a Meta ambicionada e o fim do sacrifício, do martírio que parece não acabar jamais...

Esse o meu modo de ver pessoal, — concluindo a desprezível história das “Revoluções que eu vi”...

Uma coisa afirmo com a mais profunda convicção e sinceridade: **Ideologias, doutrinas políticas e programas de partidos são apenas pretextos para tocar reunir elementos que permitam aos mais audazes e ladinos o assalto ao Poder, — sem honestidade de propósitos patrióticos e visando exclusivamente os seus interesses individuais, sem pensar um instante no Brasil!**

Falando de Pedro Toledo, Presidente do Estado de São Paulo na Revolução de 32, disse Menotti del Pichia o seguinte: **“Uma coisa, porém, o exaltava e refrangia: os politiqueros. No momento em que nossos rapazes, cantando, caíam com o crâneo esmigalhado por uma lasca de obús, os corvos partidá-**

rios disputavam, nas próprias cidades devastadas pelo ferro e pelo fogo, a carniça das prefeituras. Uns chacais fuçando, com gula de mando, entre cadáveres. . .” (Mennoti del Pichia — “A Revolução Paulista”).

Afastemos as Classes Armadas dos azares da política partidária e facciosa! As sereias da “caiaçaria política”, sabem encantar. . . Sejam os Ulisses! Se nos deixarmos seduzir, estaremos perdidos e sacrificaremos a nossa terra e a nossa gente. . .

* * *

Não pensam assim, quiçá, os que não medem, por exemplo o que representa para o Brasil e para nós o esforço ingente longamente despendido com paciência e valor evangélicos para organizar, aparelhar e manter uma Marinha de Guerra capaz de resolver os nossos problemas estratégicos, diante de poderosos inimigos prováveis e da unidade nacional periclitante. . .

Possivelmente encontrarei quem me não dê razão: os que têm pressa em ascender na carreira ou na política e, fazendo-se agitadores, não se arriscam aos perigos da guerra, observando de longe o fogo de artifício, ou ficando como mirones, até que a “procissão” que êles puzeram “na rua” passe e volte à Igreja da sua devoção. . .

* * *

Não importam as dolorosas desilusões que em cada volta da jornada nos salteiam. Pouco contam os temerosos embates em que tôdas as fôrças se consomem. Nada valem as grandes lutas amargas em que os cabelos embranquecem!

Para os homens que vivem para um Ideal, tudo desaparece diante da risonha esperança de alcançá-lo. . .

E se o sonho é nobre e generoso, há um grande consôlo nos esforços para conseguí-lo, na inabalável certeza de que um dia, vitorioso da indiferença, dos interêsses subalternos e das ilusões do momento enganador, êle se há de afirmar esplêndido, radioso como a Verdade, na mais brilhante das Realizações!

As fundas feridas cicatrizarão... E tudo o que vai, de desenganos, de sofrimentos, de injustiças e decepções, embora doloroso, constitui valiosos ensinamentos para realizarmos digna e gloriosamente a felicidade dos Brasileiros e a grandeza do Brasil, à sombra do poder imaculado da Marinha, que Saldanha, o nosso Mestre idolatrado e eternamente saúdoso, nos ensinou a amar entre as coisas mais preciosas da nossa vida!

Essa a filosofia que emana das REVOLUÇÕES QUE EU VI...

* * *

O Verdadeiro Local do Descobrimento do Brasil

Cel. Leopoldo Nery da Fonseca

Em Junho de 1940, sua Excelência o Senhor Presidente da República, baixou um decreto criando a Comissão Incumbida de Determinar o Verdadeiro Local do Descobrimento do Brasil, Comissão essa que foi integrada com as designações: do Ministro Bernardino José de Souza para Presidente; dos Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo como representantes, respectivamente do Ministerio da Marinha e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; do Dr. Cristovão Leite de Castro, representante do Instituto Historico e Geografico Brasileiro e do autor desta monografia, representando o Ministerio da Guerra.

HISTORICO

O assunto já havia sido largamente debatido pelos estudiosos e muito ainda se tinha que fazer para resolver o problema em todos os seus detalhes.

Opinaram identificando o local da atual Baía Cabralia como sendo o primitivo Porto Seguro: Aires de Casal, Gandavo, Gabriel Soares de Souza e Manoel Pimentel, até que o Visconde de Porto Seguro, que havia concordado com êsse ponto de vista nas duas edições primeiras de sua *Historia Geral do Brasil*, apresentou em 1877 ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro uma "NOTA ACERCA DE COMO NÃO FOI NA COROA VERMELHA, NA ENSEADA DE SANTA CRUZ, QUE CABRAL PRIMEIRO DESEMBARCOU E EM QUE FEZ DIZER A PRIMEIRA MISSA."

O Visconde de Porto Seguro foi brilhantemente contestado pelo General Henrique de Beaurepaire Rohan, que apresentou ao mesmo Instituto, uma memoria intitulada "O PRIMITIVO E O ATUAL PORTO SEGURO."

Em 1895 a Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, publicou uma conferencia do Comendador Oliveira Catramby, sustentando o ponto de vista tradicional, que o Visconde tentou romper, não entrando porem num exame detalhado da Carta de Caminha e sua confrontação com o terreno.

Em 1899, foi publicada a brochura: "ESTUDOS SOBRE A BAÍA CABRALIA E VERA CRUZ", feitos por ordem do Governador do Estado da Baía, Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Viana, pelo major do Exército Salvador Pires de Carvalho e Aragão, contendo um exame mais cerrado do assunto, concluindo pela solução tradicional e mais ainda localizando o ponto onde fôra por Cabral levantada uma Cruz padrão e rezada a segunda Missa.

O trabalho do Major Salvador Pires, resultado da conjugação da topografia do terreno com a interpretação do texto de Caminha, firmou a nosso ver a solução dos dois problemas que a Comissão tinha a resolver, como se verá mais adiante.

Em 1943, o Snr. Jaime Cortezão, publicou "A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA" e em 1944, "CABRAL E AS ORIGENS DO BRASIL."

Em ambos esses estudos magistrais, a erudição do autor, mais uma vez deu golpe de morte na discrepância do Visconde de Porto Seguro, alinhando-o entre os restantes dos seus predecessores e deixando definitivamente assentado, que o PRIMITIVO PORTO SEGURO, isto é, o local onde Cabral surgiu nas nossas costas, não é senão a atual BAÍA CABRALIA.

Quanto ao ponto onde foi elevada a cruz simbolica e celebrada a segunda missa, o Snr. Jaime Cortezão discorda no tocante à solução apresentada pelo Major Salvador Pires, a qual reputa duplamente errada, já sob o ponto de vista da escolha da região onde o ponto devia encontrar-se, já no que se refere à locação topografica do mesmo ponto escolhido por Cabral na sexta-feira 1.º de Maio (Caminha).

O ultimo trabalho do Snr. Cortezão, resultou de um pedido do Presidente da Comissão, Snr. Ministro Bernardino José de Souza, que, segundo o seu autor... "deu-nos a honra de pedir o nosso parecer, em relatorio, sobre a parte de identificação topografica, dos trabalhos a que presidia". (Cabral e as Origens do Brasil. J. Cortezão).

Sangue novo trouxe o Snr. Cortezão com as suas pesquisas do texto de Gabriel Soares de Souza, do Roteiro Atlas de Luiz Teixeira

e do mapa "Porto Seguro no livro que dá razão do Estado do Brasil". (Cabral e as Origens do Brasil).

Esses documentos, ótimos para a solução definitiva da posição da primitiva Baía de Porto Seguro, são porem insuficientes para levar-nos ao terreno e lá orientar-nos com precisão a respeito do *local da cruz*, o que somente pode ser feito, PELA LOGICA conjugada à TOPOGRAFIA, justamente aquilo que nós vamos tentar.

RECORDANDO A QUESTÃO

Os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo e nós, apresentamos nossos relatorios ao Snr. Ministro Bernardino, Presidente da Comissão, porem até hoje não houve qualquer solução que pudesse autorizar a construção do MONUMENTO de nossa autoria, entregue à Comissão naquela epoca, não obstante ter sido executado um levantamento aerofotogrametrico por tecnicos navais, de toda a zona costeira a estudar, e termos os três percorrido o terreno em pesquisas de detalhes.

Convem frizar que as nossas incumbencias estavam resumidas nos dois problemas seguintes:

1.º) — Determinar o local onde a armada de Cabral surgiu no Sabado 25 de Abril. (Caminha).

2.º) — Localizar o ponto onde foi levantada uma CRUZ simbolica e celebrada a segunda missa.

Como resultante dos nossos estudos procedidos, concluimos por Baía Cabralia como sendo o PRIMITIVO PORTO SEGURO: os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo, o Dr. Leite de Castro e nós. O Snr. Ministro Bernardino em palestra conosco tambem mostrou-se favoravel a essa solução.

Creemos estar este primeiro problema definitivamente resolvido, não obstante a autoridade de Sua Excelência, o Snr. Almirante Gago Coutinho, haver posto em duvida que a arribada de Cabral em Baía Cabralia correspondesse à verdade histórica.

Diz o Snr. Jaime Cortezão, referindo-se ao Almirante: "Mas ouvimo-lo de viva voz e em conversa particular sobre o assunto. Ao que nos pareceu as suas duvidas assentavam fundamentalmente em duas razões. Sobrevoando Baía Cabralia, não distinguira, junto da chamada Ponta da Corôa Vermelha, qualquer ilhéu, em que Pedro Alvares

Cabral e seus tripulantes pudessem assistir à celebração da primeira Missa.”

Acrescenta o Snr. Jaime Cortezão: “Como não visitamos o local, por qualquer via, — o que tanto desejaríamos fazer — não podemos pronunciar-nos com a segurança própria.”

Aos nossos argumentos, nós porem, podemos emprestar a segurança emanada da observação local, porquanto, percorremos em “lombo de burro” toda essa região litoranea desde Belmonte, e na qualidade de Engenheiro da “Panair do Brasil S. A.”, sobrevoamos vinte vezes a Baía Cabralia entre 1941 e 1943, percebendo sempre o ILHÉU da COROA VERMELHA, ora a ser lavado pelas ondas, ora descoberto, conforme o regime das marés.

Refere ainda o Snr. Cortezão, que a segunda razão de duvida do Almirante é consequencia da passagem “e fomos desembarcar rio acima contra o sul”. Na sua opinião a confusão que levou o Almirante a julgar a manobra impossivel em relação ao Mutarí, originou-se da leitura do texto desfigurado de Carolina Michaelis de Vasconcelos, em sua interpretação do original da Carta de Caminha, onde reza que o desembarque se dera “acima do rio” e não “rio acima”, o que muda inteiramente o sentido da frase.

A segunda razão de dúvida do Almirante foi magistralmente desfeita pelo Snr. Cortezão.

Ainda ha um assunto a esclarecer no belo estudo deste autor, que é a questão da grandeza do ilhéu, porquanto Caminha se refere a um “Ilhéu grande”... e o Snr. Cortezão, no tocante ao da Corôa Vermelha, afirma:

(Tão pouco pela sua extensão merece o nome de “Ilhéu Grande”) (A Carta de Pero Vaz de Caminha, J. Cortezão, pg. 43).

Encontramos em BLUTEAU, (Vocabulario Português e Latino) — “ILHÉU, Ilhéu, Ilheta, ou ilhota. Ilha pequena”, donde se conclue que ilhéu é uma ilha pequena, o que para nós pouco adianta, porem se recorremos aos Roteiros vamos elucidar a questão sobre o que se pode considerãr ilhéu grande.

No Roteiro de Dom Joam de Castro, da viagem que fizeram os Portugueses ao Mar Roxo, em 1541”, pg. 125, lê-se:

“Bem no meio da entrada, e da boca deste porto está um grande ilheo, o qual terá de comprido até huum tiro de bésta, e quasi outro tanto de largo...”

Pelo critério do Snr. Cortezão quanto ao alcance das béstas, (de 140 a 150 metros), podemos afirmar, que um ilhéu era considerado grande pelos navegantes do século XVI, quando apresentava mais ou menos uma área de 150x150 metros, sendo essas medias simples estimativas.

E' justamente dentro dessas dimensões, que se acha o Ilhéu da Corôa Vermelha nas marés baixas.

Outra suposição errônea, que por aí corre, é que o ilhéu é forçosamente de pedra, senão vejamos:

A definição de Bluteau, cinge-se ao diminutivo, sem entrar na composição geologica, porem se recorremos a VIEIRA, Laudelino Freire e outros vamos encontrar para sinonimos: — ilhota, farelhão e rochedo no mar, o que indica poder o ilhéu ser de pedra ou não. Na PRATICÁ da ARTE de NAVEGAR de Luiz Serrão Pimentel, (Publicação da Agencia Geral das Colonias, pg. 164) lê-se:

...“e nessa enseada, a oesnordeste da Ilha das Flores, estão quatro ou cinco ilhéus de pedra a meia legua da terra”... Se o Ilhéu fosse obrigatoriamente de pedra, a frase seria pleonastica.

O SEGUNDO PROBLEMA

Quanto ao segundo problema, isto é, ao local onde foi levantada a primeira Cruz e celebrada a segunda Missa, as divergencias foram grandes, mesmo no seio da Comissão. Os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo e o Dr. Leite de Castro, acharam que a Cruz foi chantada em um local ao Sul da boca do Mutarí, enquanto nós, no nosso Relatório opinavamos por um ponto na restinga ao norte da foz desse Rio.

O Snr. Jaime Cortezão, pelo confronto da Carta de Caminha com os documentos cartograficos, chegou à mesma solução que nós haviamos adotado no nosso Relatório, localizando o ponto onde a Cruz teria sido levantada, numa região ao N. O. da boca do Mutarí, indo ao detalhe que podē ser examinado no grafico à fls. 97 de “A Carta de Pero Vaz de Caminha”.

O Major Salvador Pires, em seu trabalho, havia já concluido por um ponto ao Norte da Restinga.

Assim, temos, entre os modernos, três opiniões para o ponto ao Norte da foz do Mutarí e três para o ponto ao Sul da mesma embocadura.

Em busca de um desempate, procurando colher outros argumentos em nosso favor, resolvemos proceder a uma investigação mais a fundo nos domínios da semântica, tendo sempre em vista o sentido quinhentista das palavras e também a natureza do terreno para poder admitir a existência provável de matas, capoeiras baixas, e vegetação rasteira, na época do descobrimento.

Não levamos em conta a tradição invocada para justificar a locação da CRUZ DOS CAPUCHINHOS, porque não há documento que nos prove uma continuidade digna de nota nesse local tantas vezes assolado pelo indígena.

O resultado de nossa investigação, foi a rejeição da primitiva solução que dois anos mais tarde foi adotada pelo Snr. Cortezão, para opinarmos por uma outra, mais consentânea com a topografia e com a lógica, e que muito se aproxima da que foi apresentada pelo Major Salvador Pires de Carvalho e Aragão.

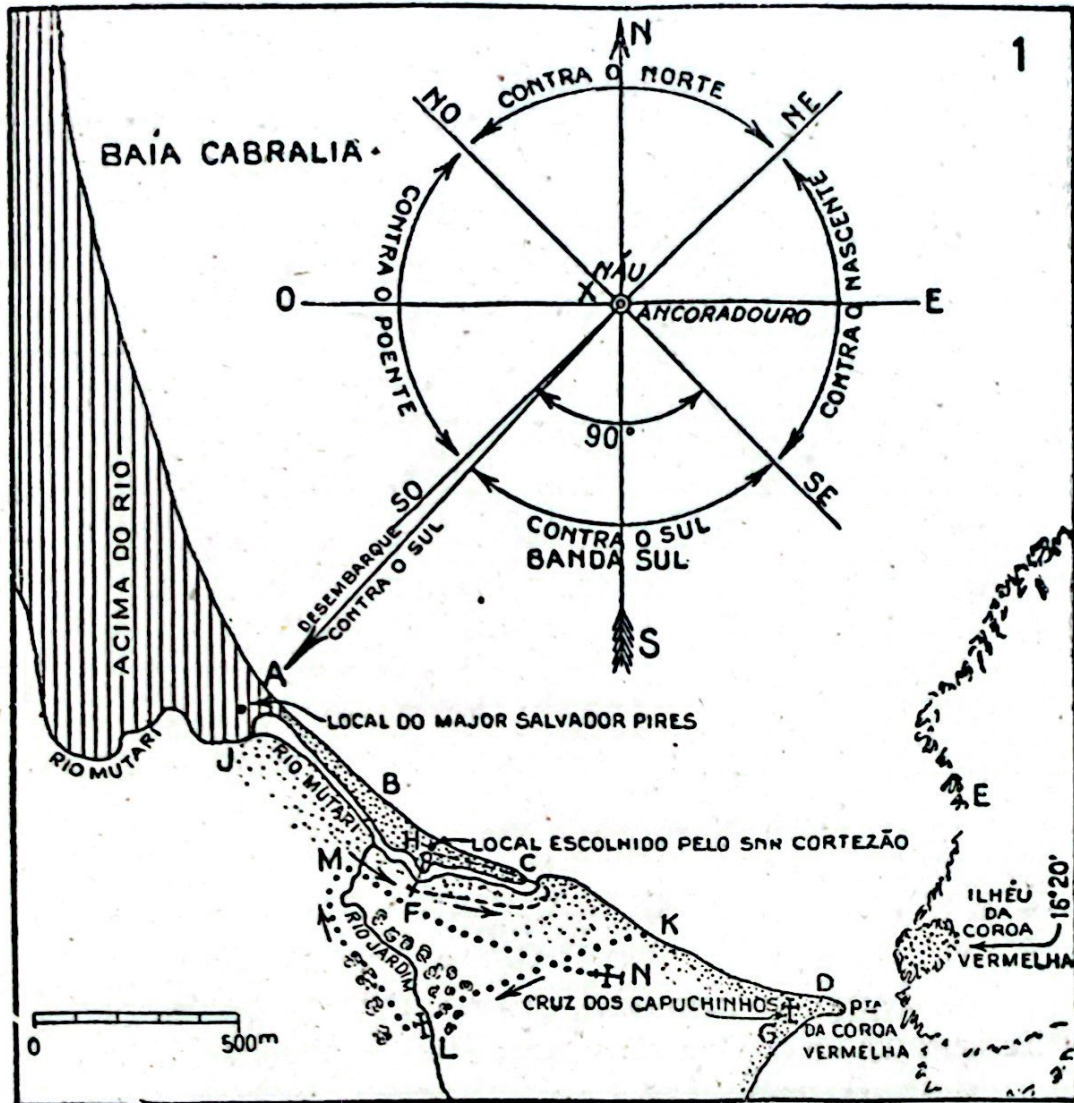
Achamos assim, que a solução do Major Salvador Pires, apesar dos erros que lhes foram atribuídos e da falta de comprovantes históricos, invocada para diminuir o valor de seu estudo, alcançou a periferia do retângulo de probabilidade dentro do qual a locação pode ser feita, enquanto que a do Snr. Cortezão se acha muito fóra da zona indicada por Caminha, — “acima do rio”, — em lugar precedente ao rio, como provaremos mais adiante.

A passagem de Caminha... “e fomos desembarcar acima do rio contra o sul”... que até hoje não foi devidamente analisada, contém preciosas indicações sobre o local de desembarque na Sexta-feira 1.º de Maio (data da Carta).

CONTRA O SUL

Partindo-se de uma náu ancorada em X, (grafico n.º 1) náu de onde Caminha teria partido para a terra, — DESEMBARCAR CONTRA O SUL é o mesmo que desembarcar em qualquer ponto da costa compreendido no setor SO-SE, do mesmo modo que desembarcar CONTRA O POENTE seria ir ter à terra num ponto incluído no setor SO-NO, como bem mostra o grafico n.º 1.

Se Caminha houvesse registrado unicamente um “desembarque” contra o Sul, o local descrito ficaria indeterminado, podendo ter sido

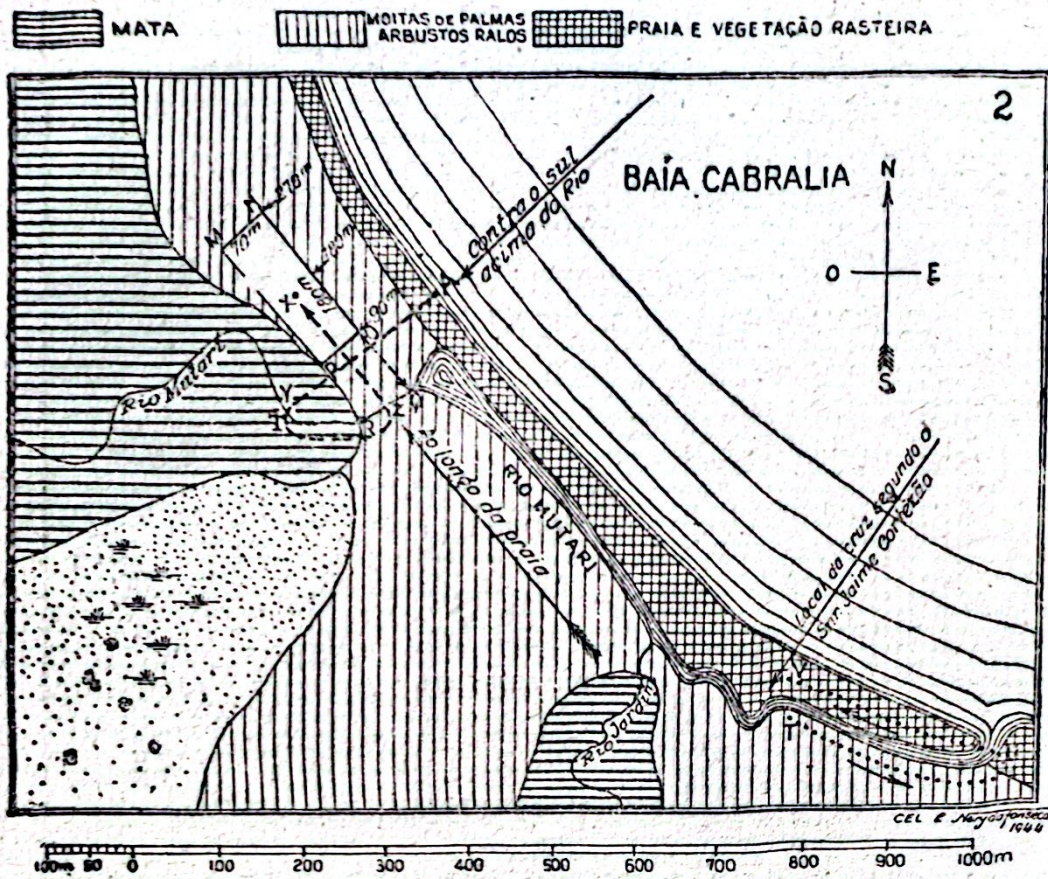


em qualquer ponto da costa, como A, B, C e D entre as direções SO e SE.

Caminha porem eliminou essa indeterminação antepondo “acima do rio”.

“Acima do rio, quer dizer, — em lugar precedente ao rio, e desse modo, “acima do rio contra o Sul”, determina um ponto nos arredores de A, (Graficos 1 e 2).

E' isso justamente o que vamos demonstrar, com a logica dos graficos 1 e 2, conjugada ao exame do texto de Caminha, tendo sempre em vista o linguajar dos navegantes portugueses coevos do descobrimento.



Principiemos pela expressão “contra o Sul”:

Na segunda, (diz Caminha) “mandou o capitam leuantar amcoras e fazer vela; e fomos de longo da costa com os batees e enquifes amarrados por popa, contra o norte”...

Na obra do Cardeal Saraiva, (D. Francisco de São Luiz), “Os Portugueses em Africa, Asia, America e Oceania”, encontramos a seguinte passagem:

“A 24 correram a costa para o Norte em busca de uma boa abrigada, e achando um lugar seguro para as náos, ahi lançaram ancora”.

Para o Cardeal Saraiva, navegar contra o Norte é o mesmo que navegar para o Norte, é o que se deduz da comparação dos dois textos. Dá ainda o Cardeal a seguinte indicação:

“A revelação desta viagem de Cabral, escrita por hum piloto Português, que nella hia, foi traduzida em latim por Archangelo Madrignano, e inserida no “NOVUS ORBIS REGIONUM

AC INSULARUM”, de GRINEO, tendo já sido vertida em italiano e metida na colleção de RAMUSIO com o titulo “Navegação do Capitão Pedro Alvares Cabral escrita por Hum piloto Portuguez”.

Esta revelação vem transcrita na “Colleção de Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas”, — da Real Academia de Ciências de Lisbôa, tomo 2.º numero 3, e dela extraimos o seguinte:

“Na manhã seguinte, escorremos com elle a costa para o Norte, estando o vento Sueste”...

E’ justamente a passagem de Caminha”... e fomos de longo da costa com os bateis e esquifes amarrados per popa contra o norte...”

Passemos agora à linguagem nautica dos eruditos, a começar pelo insigne Duarte Pacheco Pereira, o ACHILLES LUSITANO de Camões, através do seu famoso “Esmeraldo de situ Orbis”, (edição comemorativa da descoberta da America, sob a direção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto).

“Do Rio Nilo nos montes da Luua naçe alem do circulo da equinocial contra ho pollo antartico”... (O. cit. pg. 9).

“...hum grande braso corre por meo da ethiopia inferior contra oucidente”... (Ibidem, pg. 9)

“...nos pareceo bem escreur aqui em quantos graaos se alguns lugares de nos sabidos hapartam em ladeza da linha equinocial pera ho pollo artico ou antartico”... (Ibidem, pg. 11)

Ladeza é o mesmo que latitude, e conta o pollo Norte ou Sul quer dizer para o Norte ou para o Sul.

“Do curso que o sol faz contra cada hum dos tropicos”. (Ibidem, pg. 17)

“...ha outro monte que estaa a parte da terra contra oucidente...” (Ibidem, pg. 23)

“...de grandes baixos os quaes saeem ao mar contra a banda de noroeste duas legoas & mais”... (Ibidem, pg. 49)

Seria fastidioso continuar com as citações desse genero que se nos deparam em quasi todas as paginas dessa obra imorredoura.

Já no LIVRO DE MARINHARIA de João de Lisbôa, (publicado pelo Duque de Pamella em 1903), encontramos outro modo de expressão para as mesmas situações em que Duarte Pacheco empregava “contra”.

Quando se tratava de um rumo geral, abrangendo uma região ou setor, João de Lisbôa empregava "banda", no que era seguido por diversos autores de roteiros, porem em se tratando de uma direção determinada, usava já indicações fornecidas pela rosa dos ventos.

"O navio q for despanha e ouer vista de boa vista e de mayo e for pera a Ilha de san tyago vay da banda do sul delas"... (Op. Cit. pg. 129)

"...a maior serra fica da banda daloeste e da banda de leste tê-3-ou-4ylheos pequenos"... (Ibidem, pg. 135)

Examinemos como se expressa D. João de Castro no Roteiro ao Mar Roxo.

"...afrontaria da ilha, que se oppõe a parte septrentional"... (Op. cit. pg. 14)

"...está este porto no cabo da ilha, que se opõe ao occidente"... (Ibidem, pg. 20)

"...mas a outra frontaria da ilha, que se oppõe, e olha a terra do Arabio"... (Ibidem, pg. 36)

"...Porquê da ãna das portas atee o Promontorió contrario a Possidonia"... (Ibidem, pg. 37)

"A ponta desta ilha da banda Dalloeste, e oposta ao Abexy"... (Ibidem, pgs. 55-56)

"Muito visinhas a esta ilha de Maçuá, ESCONTRA o Sul"... (Ibidem, pg. 59)

"...de modo que o Preste teve ousadia de decer da serra e veio se assentar com sua gente em humas montanhas ESCONTRA o mar"... (Ibidem, pg. 70)

Umas montanhas não poderiam estar num rumo determinado, e sim num setor do horizonte fazendo frente ao mar.

"Desta ponta está aredada a ilha de Zemorgète espaço de 8 legoas ESCONTRA a parte de nasimento do sol"... (Ibidem pg. 155 e 156)

"...; porque desta ilha, assi da banda de Leste, como da parte Daloeste, saem grandes parcees, e restingas ESCONTRA a terra firme, de sorte que parecem correrem todo o mar,"... (Ibidem pg. 163)

"...e encontra a serra tem huma mata daruoredo"... (Ibidem pg. 171)

Emfim, somente encontramos neste Roteiro a palavra CONTRA, empregada à pagina 212, quando o autor cita Strabão:

“...segundo se lee em Strabam, liuro 17 dizendo estas pal-lauras: A cidade de Heroas, e Cleopatra, que alguns chamão Arsinoe, estam no recesso ou acabamento do sino Arabi-co, que sta CONTRA Egypto”.

Tambem no “Livro de Marinharia” de Bernardo Fernandes, ulti-mamente editado pela Agencia Geral das Colonias, (Lisbôa, 1940) colhemos alguns exemplos:

“E tem da banda do Sul uma serra e um pico, que faz de si quatro ou cinco montes pequenos; e tem mais contra a parte do Sul este pico uma serra alta que subjuga tôda a ribeira contra a ponta da baía”. (Op. cit. pg. 64).

“...; ao longe desta ilha alta da banda do Norte vereis outros cinco ou seis picos, cheios de arvoredos.” (Ibidem pg. 103 e 10.).

Pelo que se vê das passagens citadas, “contra o sul” é a mesma cousa que “da banda sul”; na linguagem nautica do seculo XVI, e os dicionarios vão ajudarnos a fixar esse sentido.

“CONTRA: — Em frente, ne mesma direitura, posto que se não veja o lugar ou pessôa, nem fysicamente se possa ver”. (Fr. Rosa de Viterbo, Elucidario). “CONTRA — Situação fronteira, em face, defronte, ex. edificar uma casa contra o nascente, contra o Mar; direção, ex. arrojãr uma lança contra o muro”... (Eduardo de Faria).

“*Escontra*, de fronte de, contra, em opposição”. (Candido de Figueiredo).

Em João de Barros, decada 4238, lêmos: “Dista cinco legoas de Dio, contra a ilha de Bet”.

Tambem os textos latinos empregam contra na mesma acepção: “*Italiam contra*”. Defronte da Italia Virgilio.

Domingos Vieira registra:

“CONTRA — Em opposição a, opondo-se a”, “Na direção de”.

“Começou a dizer hum marinheiro, que via grande frota como que pelejava huma contra outra; Clarimundo se levantou então, e olhando *contrá* aquela parte, tanto quanto via estar a não cercada”. (Clarimundo Barros).

“Não tardou muito que pelo caminho contra a fonte, veio um cavaleiro”... (Francisco de Moraes, Palmeirim d’Inglaterra).

“E apartando-se delles, caminhou tanto contra onde lhe parecia que a cova ficava”... Ibidem.

“E caminhando contra aquela parte”... Ibidem.

“... e olhando contra onde lhe bradavam”... Ibidem.

Portanto “desembarcamos contra o sul” é o mesmo que “desembarcamos escontra o sul” e “desembarcamos na banda sul”.

CONTRA, não indica um rumo preciso, topograficamente determinado, rumo que possa ser materializado por um só alinhamento, — indica um setor onde está localizada uma posição, uma cousa ou um lugar, fronteiros a um marco de referencia que pode ser o observador ou mesmo um acidente topografico, ou geografico.

BANDA, que as vezes substituia a expressão CONTRA, pasou para a linguagem geografica com o significado que vimos de apreciar.

Na obra de J. P. and W. Robertson “Letters on Paraguay”, publicada em Londres em 1838, encontra-se um mapa onde toda a região da margem esquerda do Rio Uruguay, desde a embocadura até a foz do Uruguay-Pitá está assinalada como “BANDA ORIENTAL del URUGUAY”.

Partindo-se da NAU ancorada em X, (Grafico n.º 1), viajar contra o sul equivale a seguir-se para uma região abrangida pelo setor SE-SO, e desembarcar contra o sul é o mesmo que saltar tem terra num ponto ao sul daquele de onde se partiu e situado dentro do setor SE-SO.

Este ponto de vista é essencial para poder-se interpretar a expressão de Caminha... “e fomos desembarcar acima do Rio contra o sul...”

Provado está portanto, que de bordo da nau, Caminha e seus companheiros partiram para desembarcar numa região da costa — que ficava da banda sul do ponto de partida, sem que isso repre-

sentasse um rumo topografico determinado, e sim a indicação de que esse trecho da praia estava aproximadamente compreendido no setor SE-SO.

Vamos agora analisar a parte muito importante da descrição do local de desembarque, isto é, a expressão "acima do rio", que constitue um verdadeiro parametro, o qual conjugado com o outro precedentemente examinado, vae fixar com precisão esse local.

ACIMA: — Os Dicionarios em geral, fornecem os seguintes significados: — Sobre, na parte superior, em gráu mais elevado, — em lugar mais alto. Se fossemos aplicar ao caso qualquer desses sentidos, teriamos um contrasenso, pois desembarcar num lugar mais alto de um rio, seria o mesmo que desembarcar em suas cabeceiras, o que é falho de sentido.

Vejamos se ha outra interpretação que se ajuste aos fatos descritos por Caminha, e para isso percorramos os Dicionarios mais abalizados, tantos antigos como modernos, procurando tambem amparo na Gramatica comparada.

ACIMA. "Supra; sursum". Vide cima.

CIMA. "Antes, Supra, ante". "Assi pelas razoens a cima ditas, com por estas & c. ("Pe. Raphael Bluteau) — Op. Cit)).

Cabe aqui perfeitamente a acepção de ANTES, pois razões acima ditas é o mesmo que razões ditas anteriormente.

No lafím empregava-se "Supra", acima, para indicar uma posição antecedente, um lugar situado antes de qualquer marco de referencia, nõ tempo ou no espaço, senão vejamos as passagens de Cicero "Ut supra dictum est". — Como acima dicemos, ou fica dito e ainda "Supra me Atticus accubuerat". — Attico estava assentado à meza acima de mim, isto é, antes de mim. (Pedro José da Fonseca. — Dic. Portuguê-Latino).

No pequeno Dicionario da Lingua Portuguêsa, organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, encontramos: — "ACIMA" — "Em lugar mais alto, em lugar precedente".

Não foi somente no portuguê, que se fixou esse sentido latino, tambem nõ espanhol e no inglês vamos encontra-lo.

No primeiro desses idiomas, "ARRIBA", além dos significados

vulgares, também quer dizer “precedentemente”. (Vêr Visconde Waldik, Novo Dicionario Hespanhol Português).

Em Inglês Lê-se “Above, acima”... “above mentioned”. Pe. Albino Ferreira, Dic. Inglês-Português)... “ABOVE”,... “above cited, above mentioned, above said”, acima dito, acima referido, “above all”, “acima de todos, em primeiro lugar” — Novo Dic. da Lingua Portuguêsa e Inglêsa. — H. Michelis.

Constancio ainda é mais esplicito — “A CIMA, no lugar antecedente, anterior”...

Agora, podemos com segurança afirmar, que o desembarque efetuado no dia 1.º de Maio (Carta de Caminha), realizou-se num lugar antecedente ao rio; num lugar anterior ao trecho do rio que corre ao longo da praia, e precisamente na região assinalada no grafico n.º 1 com a letra A.

Desembarcar em lugar precedente ao rio, não é o mesmo que fazê-lo em qualquer ponto compreendido entre A e D, como se vê do grafico n.º 1, nem mesmo em B, e sim, nas proximidades de A, — esta é a única interpretação racional do texto de Caminha.

Além disso,

O Mutarí, entre A e C, não tem, nem podia ter na época do descobrimento, mata cerrada nas duas margens, porque o sólo aí é de areia e o sub-sólo em geral apresenta vastas extensões de recifes coralinos soterrados e formações de arenitos que o tornam improprio para outras vegetações senão as rasteiras, alguns abustos e “moitas de palmas” como refere Caminha.

Isto é confirmado,

pelo fato de, no dia 25 de Abril, na manhã em que Cabral ancorou, terem Nicoláu Coêlho e Bartolomeu Dias ido a terra levando dois indígenas que haviam trazido para bórdo na vespera,

os quais

saltando em terra, puzeram-se a correr, “...epasarã huum rio que perhy core dagoa doce de nujta agoa que lhes daua pela braga e

outros mujtos cõeles e foram asy corêdo aalem do rrio antre huus moutas depalmas onde estauam outros” . . . ,

o que vem demonstrar,

que nessa região não havia mata, porque do contrario, não poderia vêr-se indios a correrem e nem a outros estacionados entre moitas de palmeiras.

Esse desembarque foi efetuado no dia 25 de Abril e a descrição do local difere muito daquela que faz Caminha, quando do outro que fizeram no dia 1.º de Maio para escolher o local onde deviam chantar a grande Cruz de Madeira.

Assentada assim a fisionomia do local onde está compreendido o trecho do Mutarí que corre ao longo da praia, isto é, entre B e C, vamos vêr que o desembarque em lugar precedente ao rio, — antes do rio, como admitem os dicionaristas mais abalizados, — ajusta-se perfeitamente às descrições de Caminha.

Estivemos no local examinando a sua topografia, geologia e fitografia, como resultado assinalamos em traços gerais, no grafico n.º 2 as seguintes regiões: N.º 1 — matas, N.º 2 — vegetação baixa e “moitas de palmas” e N.º 3 — vegetação rasteira e praias descobertas.

A região de matas do Mutarí, é justamente a que mais nos interessa por apresentar dois característicos importantes: 1.º E’ uma mata fechada, onde ainda há algumas arvores que se prestariam a fornecer madeira para a construção de uma cruz, mata cerrada certamente no tempo em que Caminha lá esteve, por entre a qual sepeia o Mutarí; 2.º Quem desembarca perto de A pode ir ter a ela diretamente, sem atravessar o rio.

Era nessa mata que os homens de Cabral andavam cortando lenha, senão vejamos:

“aaterça feira depois decomer fomos a trra dar guarda de lenha e laur rroupa”.

..“Eem quanto faziamos alenha faziam dous carpenteiros huua grande cruz dhuu paa que se otem pera ysso cortou”.

Caminha não cita precisamente o local onde cortaram a arvore para fazer a cruz, porem elucidaremos esse ponto mais adeante, notando que foi numa mata onde havia papagaios, portanto numa mata alta, preferida por essas aves.

No dia 30 voltaram à terra para mais lenha e agua, dirigindo-se para o mesmo local do dia 28, onde — enquanto cortavam lenha, dois carpinteiros faziam a cruz, e vamos segui-los pela descrição de Caminha.

“aaqũnta feira deradeira dabrill comemos logo easy pola manhã e fomos em terra por mais lenha e agoa e em querendo ocapitam”
 “foy ocapitã com alguus denos huu pedaço per este auoredado ataa huua rribeira grande e de muita agoa que anoso parecer era esta meesma que vem têer aa praya em que nos tomamos agoa”.

Esta passagem não deixa a menor duvida de que, saltando em terra cerca do ponto A, dirigiram-se à mata do Mutarí, dentro da qual encontraram A RIBEIRA GRANDE de muita agua “que a nosso parecer era a mesma, que vem ter à praia”, e cujo curso não podia ser seguido com a vista, razão pela qual Caminha diz “parecer ser a mesma” . . .

Logo a seguir, continua Caminha: “aly jouemos huu pedaço bebendo e folgando ao longo dela antrese aruoredado que he tanto e tamanho e tam basto e de tantas prumajeês que lhe nõ pode home dar comto, ha antrele mujtas palmas deque colhemos mujtos e boos palmjtos”.

O fim dessa ida à mata, foi o exame da cruz que seria levantada no dia seguinte, como se verá a seguir.

“quando saymos do batel disse ocapitã que serja boos hirmos direitos aacruz q estaua emcostada ahuua aruore junto com orrio perase pcer de manhã que he sexta feira” . . .

A cruz estava na região “y”, depois do rio, como se verá mais adiante, e o Capitão com seus homens, desembarcando em “A”, foram direitos à cruz, isto é, ao local da mata onde ela estava, fazendo o trajeto “y”. Em “y” encontraram-na encostada a uma arvore, no local assinalado no grafico n.º 2, do outro lado do rio, além do rio, abaixo do rio, como esplanaremos a seguir.

ABAIXO

ABAIXO. DEPOIS — “Abaixo de Cicero he o principe dos oradores”. “Abaixo delle, não tenho mayor amigo, que vosso irmão.”

DEPOIS — “Depois de Cicero he o principe dos oradores” Padre Raphael Bluteau. — Op. Cit.

A volta para levantarem a cruz

“Eoje que he sesta feira primeiro dia de mayo pola manhaã saymos em trra cõ nossa bandeira e fomos desenbarcar acjma do rrio contra osul onde nos pareceo que serja mijlhor cantar a cruz pera seer mijlhor vista, e aly asijnou o capitã onde fizessem acoua peraaachantar. Eem quanto aficarã fazendo, ele com todos nos outros fomos pola cruz abaixo do rrio onde ela estua, trauuemola, daly cõ eses rreliojos e sacerdotes diante cantãdo maneira deprecisam, pasamolo rrio ao longo dapraya e fomolo poer onde avia de seer que sera do rrio obra de dous tiros de besta, . . .”

Como se vê, apanharam a cruz e levaram-na em procissão para fora da mata, cerca de “z”, e depois atravessaram o rio ao longo da praia, isto paralelamente à praia, no trecho “R Q” (grafico n.º 2), e foram coloca-la a dois tiros de besta do rio, ou seja, aproximadamente em “x”.

Somente falta agora para um completo exame da questão, apreciar o justo sentido da expressão “ao longo da praia” e o alcance do tiro de besta.

AO LONGO

Primeiramente supuzemos ser “ao longo da praia” uma expressão elitica que desse a seguinte interpretação à passagem de Caminha: “passamos o rio no trecho em que ele corre ao longo da praia”, porem, do estudo detalhado da situação e dos textos dos roteiros, chegamos à conclusão de que Caminha assevera que o rio foi cruzado entre “R” e “Q” e em direção paralela à praia.

Esta interpretação conjuga-se perfeitamente ao itinerario feito pelos homens ao transportarem a cruz de “y”, do outro lado do rio, para “x”, passando por “z”, e vamos vêr que os textos vêm em auxilio de nosso ponto de vista.

DE LONGO, AO LONGO. (Colhemos em Bluteau).

Ao longo do mar. “Secudum mare”. — Ao longo da praya. “Secundum litus”. Plaut.

Os que vivem ao longo do mar roxo. “Rubri maris accolae” Quint. Curt. Ao longo deste rio há grandes arvores plantadas ao cordel em fileiras.

Andar ao longo do mar. "Secundum mare ire, ou itere facere" Cio.
 Navegar ao longo da praya. "Radere littus" Virgil.
 Voar baixo de longo da terra. "Volando terram".

OS TEXTOS

Recorramos aos quinhentistas, principiando pelo ESMERALDO de SITU ORBIS, edição comemorativa da descoberta da America.

...; "Por que huns desiam que nom curassem de descobrir AO LONGO DA COSTA do mar & que melhor seria irem pollo peguo hatrauessando ho golfam atee topar em alguma terra da India"... Op. Cit. pg. 86.

...." & asy se fez por que se este descobrimento se seguio AO LONGO DA COSTA do mar"... Ibidem, pg. 87.

...."daly por diante saee huma lombada alta AO LONGO do mar da qual lombada..." Ibidem, pg. 89.

...."E toda esta costa he suja AO LONGO da Ribeira (costa) de muita pedra"... Ibidem, pg. 89.

...."a qual tem da parte do norte hum grande medom com huma lingua de terra preta ao longo da Ribeira;... Ibidem, pg. 94.

Na linguagem do Esmeraldo, AO LONGO da praia quer dizer — acompanhando a praia, — paralelamente à praia, — com o mesmo rumo da praia, etc.

Vejamos agora como João de Lisbôa, no seu Tratado de Marinharia aplica essa expressão.

...."Veras húa terra grossa a maneira de lombada e tê ê cima de sy hu monte que parece atalaya ao longo do mar e esta terra toda arrecife"... Op. Cit. pg. 128.

...."hua terra preta ao longo do mar e he tudo praia"... Ibidem, pg. 130.

...."Sabe, que este Rio da Lagoa tê estes synaes / por cima faz hum aruoredo grande alto e rallo que parece pinheiros se fores ao longo da terra llogo veras alldeya e faz huua grande aberta"... Ibidem, pg. 139.

Navegar ao longo da terra, é o mesmo que navegar acompanhando a costa, paralelamente à costa. Empregamos aqui "paralelamente" no sentido figurado de "acompanhar ao par".

Um monte que parece atalaia ao longo do mar, é um monte litorâneo, lançado ao correr da praia ou costeando o mar.

Vôar de longo da terra equivale a vôar acompanhando terra.

No roetiro de Gôa a Suez, de D. João de Castro, edição referida, encontramos outras citações que confirmam o nosso ponto de vista.

....“é; a terra da ilha, que por esta banda vai ao longo da ribeira (costa), he huum forte rochedo, e penedia, e logo por detras, huua terra queimada, esteril, sem genero algum daruoredó”. Op. Cit. pg. 36.

“A terra, ao longo do mar, hia em outeirinhos, muito semelhantes a montes de trigo;... Ibidem pg. 45.

Mas a passagem que melhor faz resaltar o sentido da expressão em análise, é a que encontramos na “DESCRIPÇAM da COSTA, que se contem do porto de IGIDID até ÇOMOL”.

“Quanto é a descripção da terra, que vae sobre a costa, auemos de saber, que tanto auante como Igidid, até mea legoa a ree do porto de Çomol, *ao longo do mar*, vai a terra, toda em montes pequenos e muito juntos”... Op. Cit. pg. 151.

O autor descreve o interior da região costeira entre Igidid e Çomol, onde, ao longo do mar, ou acompanhando o mar, ha uma fileira de montes pequenos e muitos juntos.

Para terminar, vamos ao Livro de Marinharia de Bernardo Fernandes. (Publicação do Ministério das Colônias).

....“a 10 léguas tendes a Baía da Lagoa e se entrardes nela passareis *ao longo* da ponta de Oeste um bom tiro de pedra de mão”... Op. Cit. pg. 66.

“Quiloa tem dentro no sertão, sôbre si, uma serra muito alta e a terra *ao longo do mar* muito baixa”. Op. Cit. pg. 75.

“E terás tento na navegação que fizeres, porque as águas correm com os poentes *ao longo de costa* para o India”. Ibidem, pg. 86

Creemos estar bastante esclarecido, que atravessar ou passar um rio ao longo da praia, não quer dizer que somente se o possa fazer vadeando-o na fóz, por cima da praia, SE EM ALGUM TRECHO DE SEU CURSO, como no caso do MUTARÍ, SE O PODE FAZER NUM SENTIDO PARALELO A PRAIA, acompanhando a praia e é isto que se deduz da análise dos textos quinhentistas.

A passagem do Mutarí ao longo da praia, poderia destarte ser feita, tanto na embocadura, segundo o sr. Cortezão, como no trecho em que esse rio corre em demanda da costa, na direção normal ao litoral, como no ponto "Z", assinalado no grafico n.º 2, porem no primeiro caso Caminha diria "passamos o rio por sobre a praia", o que seria mais de acordo com a minucia descritiva do missivista.

Das duas possibilidades, tomaremos a segunda, pelas razões seguintes:

1.ª — A cruz foi feita na mata do curso do Mutarí antes de restinga.

2.ª — Dando o rio passagem com agua pela braga, poderia ter sido atravessado em qualquer ponto, não havendo necessidade de irem com a cruz até a fóz que fica distante, atravessando um terreno incomodo de palmilhar, e isso para depois voltar pela restinga até em frente ao ponto de partida.

O TIRO DE BESTA

Para bem apreciar-se até onde será possivel levar a precisão na locação do ponto em que foi levantada a 1.ª cruz, necessario se torna o estudo de outro elemento ou dado do problema que é o alcance do tiro da bésta.

Havia o tiro da bésta, o tiro de bésta pequeno e o tiro de bésta grande.

Refere D. João de Castro no Roteiro já citado: ... "de maneira que o alto he a pique da cidade, e hum tiro de bésta per todallas bandas em redondo"... Op. Cit. pg. 99.

..., desta banda della até hum tiro de bésta grande"... Ibidem pg. 99.

... "ahi he a boca, e Canal, ho qual terá de largo hum tiro de bésta pequeno". Ibidem, pg. 233.

Por aqui já encontramos a imprecisão de certos autores que dão o alcance da bésta de modo geral, sem especificar se se trata de bésta pequena, média ou grande.

Na nossa comunicação ao Sr. Presidente da Comissão, davamos o nosso ponto de vista sobre o alcance da bésta, baseado em Martinez de Espinar "Arte de Ballesteria" e Larousse, concluindo por 135 metros.

Isto, porem, é o alcance eficaz maximo que se poderia obter com as *béostas de garrucha*, de tiro mais certo e de maior alcance do que as *de pelouro*.

"As *béostas de pelouro* tinham canno e disparavam balas de chumbo ou de pedra (pelouros), parecem ter sido armas do ultimo periodo da *béosta*". (Armario. Biblioteca do povo e das Escolas).

Havia ainda *BÉOSTAS* de polé: *béostas de torno* e *béostas de bodoque*". As *béostas* disparavam settas que se chamavam *quadrelas*, *virotos* e *virotões*". Ibidem.

Podemos agora apreciar o ponto de vista balistico, que vae mostrar ainda mais claramente o quanto de imprecisão existe nesse dado do problema.

Para uma dada arma e um mesmo angulo de tiro, o alcance depende principalmente da velocidade inicial do projétil e de seu coeficiente balistico.

A velocidade inicial somente seria constante para uma *béosta* determinada; bastaria mudar a natureza do arco, (madeira, chifre ou aço) para ter-se outras velocidades, e isso supondo que o projétil lançado fosse o mesmo ou outro perfeitamente igual em forma e peso especifico.

O coeficiente balistico depende da relação entre o peso especifico e a seção transversal da projétil.

Como se vê a questão não é tão prosaica como a primeira vista parece, porem estas considerações já bastam para prever um tiro de maior alcance para uma *quadrela* e um menor para um *pelouro*.

Se, porém, a *quadrela* fôr disparada por uma *béosta de garrucha* com arco de aço e o *pelouro*, com uma *béosta de arco de madeira*, pode-se com segurança afirmar que esta terá um alcance cerca de um terço do da outra.

Dando para a *béosta de garrucha* atirando *quadrelas* um alcance de 135 metros, segundo Martinez de Espinar e Larousse, teriamos para uma *béosta de pelouro* com arco de madeira, um alcance aproximado de 45 metros. Estas *béostas* ainda eram usadas no seculo XVI.

O Major Salvador Pires tomou este ultimo valôr (45 m), certamente por outras razões que não a simples adivinhação, e como vimos adotou um minimo, talvez por ter examinado somente a hi-

potese desta ultima bésta, e por isso o seu ponto de vista não pode ser considerado erraõ, como pretende o Sr. Jaime Cortezão.

O que existe de fato é uma indeterminação na estimativa do alcance, que varia de 45 a 135 metros, que para o caso de dois tiros abrange um intervalo provavel de 180 metros, onde poder-se-ia colocar o ponto tomando qualquer tipo de bésta.

Se tivéssemos o ponto certo onde o rio foi atravessado por esse ponto tirariamos uma parálea à costa e sobre ela marcariamos dois pontos a 90 e a 270 metros do rio, então sobre essa linha, a 180 metros do rio teríamos uma posição media aceitavel, assinalada com "X" no grafico n.º 2. Como porem não temos o ponto certo onde o rio foi cruzado, chegamos à evidencia de que a Cruz poderia ter sido chantada em qualquer lugar dentro do retangulo MNOP.

Essa faixa de probabilidade pode ser reduzida tendo-se em vista que a cruz foi levantada em lugar onde fosse bem vista do largo, o que equivale a escolher, para acertar melhor, um ponto de cota mais alta.

Quando for feita a locação do futuro monumento, esse ponto pode ser devidamente assentado; basta escolher dentro do retangulo MNOP a cota mais alta e o local assim determinado será o mais provavel.

Dizemos o mais provavel, porque não se trata de uma locação precisa, geometrica do ponto do terreno, porem de uma solução aproximada, fruto de dados imprecisos. Não enfrentamos uma questão de Geometria, porem um problema topografico com dados grosseiros que só permitem soluções provaveis.

Toda qualquer solução dogmática, encontrará crítica fácil que a invalide.

Porque discordamos do Sr. Cortezão

- 1.º — Porque o desembarque nas proximidades de "V", na restinga, seria feito "contra o sul" porem não "acima do rio". Somente a região ao Norte da curva do Mutari, como está assinalada no grafico n.º 1, é que pode ser considerada acima do rio, em lugar precedente ao rio, conforme o espirito da Carta de Caminha.
- 2.º — Porque desembarcando na costa, nas proximidades de

“V”, grafico n.º 2, não poderiam os marujos ir “direitos” à mata onde estava a cruz encostada numa arvore, de vez que a mata alta mais proxima acha-se nas margens do Rio Jardim. Em “T”, não poderia haver mata, dada a natureza do sólo e subsólo; aquele, areia fina e este calcareo coralino apresentando por vezes afloramentos de arenito, e mesmo que aí houvesse mata, teriam que atravessar o rio na ida, o que Caminha não refere.

- 3.º — Não ha duvida, que atravessando o rio em “U”, na sua foz, — como o trajéto assinalado no grafico n.º 2 indicada, se o teria cruzado ao longo da praia, porem neste caso Caminha teria dito “passando rrio pola praya”, o que seria mais preciso.
- 4.º — Localizada a cruz, como indica o Sr. Cortezão, não ha como afirmar que fique ela a dois tiros de béstia do rio; porque a restinga em sua parte mais larga tem cento e poucos metros, o que não se acomoda com o alcance do tiro de bésta adotado por ele que é de 140 a 150 metros. Para contornar a dificuldade o Sr. Cortezão tomou a distancia de dois tiros de bésta a contar da fôz do rio, o que redundam em encaixar a solução a martelo.
- 5.º — Se o páu para a cruz fosse cortado em “T”, grafico n.º 2, teriam atravessado o rio nesse mesmo ponto, visto a agua dar pela braga, e com muito menos trabalho a elevariam em “H”, grafico n.º 1, porem não teriam cruzado o rio ao longo da praia.

Porque não concordamos que Cabral e seus homens, houvessem desembarcados no trecho “C D” da praia para — escolherem o local da cruz.

- 1.º — Conquanto um desembarque no trecho “C D”, grafico n.º 1, fosse efetuado “contra o sul”, não o teria sido “acima do rio”, como sobejamente demonstramos.
- 2.º — Com um desembarque em “K”, grafico n.º 1, os marujos de Cabral poderiam ter ido “direitos” a cruz que estivesse na mata do rio Jardim, em “L” e poderiam ter atravessado esse rio “ao longo da praia” em “M”, gra-

fico n.º 1, para elevar a cruz em "N", porem existem passagens de Caminha que excluem o rio Jardim da questão, e que são justamente as que descrevem as atividades em terra nos dias 28, 29 e 30.

Voltemos à carta de Caminha.

...."aaterça feira depois decomer fomos ê trra dar guarda de lenha e lauar rroupa"..... "Eem quanto faziamos lenha, faziam dous carpenteiros huua grande cruz dhuu paaõ que se omtem pera ysso cortou". (dia 28).

E' lógico que a lenha fosse cortada na mata do Mutarí, porque era a mais próxima e para traze-la para bordo não seria necessario transporta-la nas costas CRUZANDO O RIO, e como o páu para a cruz, segundo Caminha foi tirado na mesma mata, emquanto cortavam lenha, é claro que a cruz foi feita nesse mesmo local.

No dia 29. — "foy ocapitã com alguus denos huu pedaço per este aruoredo ataa huũ rribeira grande e de muita agoa que anoso parecer era esta mesma que vem teer aa praya em que nos tomamos agoa".

Esta ribeira grande QUE VEM TER À PRAIA é o próprio Mutarí, mesmo porque o Rio Jardim é um afluente e como tal VEM TER AO MUTARÍ E NÃO A PRAIA.

A ribeira de muita agua doce, com matas nas duas margens, onde se podia ir ter diretamente é portanto o Mutarí e não o Jardim.

Os trabalhos do MAJOR SALVADOR PIRES

A primeira parte do trabalho do Major Salvador Pires, a que estuda a questão da primitiva e da atual Porto Seguro, está fóra de apreciação porque ha inteira concordancia no seu ponto de vista como já nos referimos, vamos somente analisar o problema de localização do ponto em que foi levantada a cruz.

Varias razões levaram o Major Salvador Pires a escolha do — ponto a 90 m do Mutarí e a 100 m da praia, ponto que atualmente deve encontrar-se entre "O e P", porque durante os 45 anos que medeiam entre as pesquisas do Major Salvador Pires e esta data,

a praia deve ter avançado para o mar e a restinga aumentado de largura, de vèz que naquele tempo tinha ela a largura media de 25 metros, e hoje 25 metros corresponde à largura minima, excedendo em certos pontos a cem metros.

Diz o Major Salvador.

1.º — “O ribeirão mutarí que não é mais “*ancho que um jogo de manguás*”, pois tem em media 4,80 m de largura e que corre paralelamente ao mar ou que “*anda ao carão da praia*” 719 metros é o referido por Caminha”.

2.º — “A distancia que o separa do mar sendo, em media, de 25 metros e a ribeira constituida por comoros de areia, não foi necessariamente ahi que plantou Cabral a primeira cruz, Além de que falta uma das condições descritas, — a distancia que medeia da cruz ao rio “*que será obra de dois tiros de bésta*”.

3.º — “Subindo o rio desde a sua fós na distancia de 719 metros que elle “*corre ao carão da praia*” muda rapidamente a orientação junto de um pequeno morro coberto, hoje, de palmeiras ficando perfeitamente visivel do mar do qual dista cento e poucos metros. Da parte plana da pequena elevação ao rio distará “*obra de dois tiros de bésta*” (45 a 50 metros)”.

Esta elevação está acima do nível do mar onze metros rodeada de jussaras e mussandós e estende-se para oeste acompanhando o rio na distancia de mais de um quilometro”.

(Bahia Cabralia e Vera Cruz. Major Salvador Pires de Carvalho e Aragão).

Como vemos, o Major Salvador Pires tomou o mínimo alcance de bésta, 45 a 50 metros, e a isso foi levado pela condição de ser o ponto bem visivel do lado do mar, e assim ficou na periferia do retangulo de probabilidade “M N O P”.

Não foi um erro do Major Salvador Pires, como afirma o Sr. Jaime Cortezão, nem tão, pouco fantasia como asseveram outros, por

não existir atualmente na região "O P" um morro com onze metros de cota.

A expressão morro, deve ser tomada como COMORO, como duna velha porque aí tudo é areia. Naquela época, ha 45 anos, o comoro estava rodeado de jussaras e mussandós que o protegiam contra a DEFLAÇÃO eólica, que depois da derrubada, foi exercendo a sua função de transporte e abaixando a cota. Nada disso é extraordinário para quem sabe dar o justo valor a cota de um comoro a cem metros do mar.

Como esta questão entrou em grande controversia, escapando já do ponto de vista individual, e atendendo a que somos o Representante do Ministério da Guerra na comissão nomeada pelo Exmo. Sr. Presidente da Republica, resolvemos trazer o resultado das nossas pesquisas à consideração do INSTITUTO de GEOGRAFIA e HISTORIA MILITAR DO BRASIL, para que finalmente possa ser dita a ultima palavra sobre o assunto.

NOTA — Este artigo é publicado novamente, por ter sahido com incorreção, no numero anterior.



MINISTÉRIO DA GUERRA
3.º PAV. DA RUA MARCÍLIO DIAS
— RIO DE JANEIRO —